

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Programa de Integridade	8
5.5 - Alterações significativas	12
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	13

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	14
10.2 - Resultado operacional e financeiro	42
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	49
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	51
10.5 - Políticas contábeis críticas	57
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	73
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	74
10.8 - Plano de Negócios	75
10.9 - Outros fatores com influência relevante	77

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### 5.1 - Política de gerenciamento de riscos

**(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos, a qual foi aprovada pelo Comitê de Auditoria e Risco e pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 29 de outubro de 2018 e divulgada ao público, em consonância com a normativa CVM 552 e atualizações da Regulamentação do Novo Mercado. A política pode ser consultada no site da CVM (Sistema IPE) e no site de relações com investidores da Companhia (<http://ri.cogna.com.br/>).

O documento estabelece conceitos, abordagens, princípios, diretrizes e responsabilidades no processo de gestão de riscos da Cogna e suas subsidiárias, de forma a implantar na Companhia processo adequado de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos principais riscos capazes de impedir o atingimento de seus objetivos de curto, médio e longo prazo.

A metodologia estabelecida pela Política de Gerenciamento de Riscos é orientada pelas melhores práticas do COSO-ERM (Committee of Sponsoring Organization of the Treadway Commission - Enterprise Risk Management Framework) e ISO31000/2018.

**(b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

**(i) Os riscos para os quais se busca proteção**

A Companhia busca se proteger dos riscos citados no item 4.1 e outros, classificados conforme sua natureza como estratégico, financeiro, operacional, regulatório ou cibernético. A forma de proteção mais adequada para cada um deles é executada no estabelecimento ação ideal após realização da Análise Geral de Riscos (AGR) e priorização destes riscos por meio de sua probabilidade de ocorrência e impacto potencial, dentre outros critérios.

**(ii) Os instrumentos utilizados para proteção**

Os riscos aplicáveis à Companhia são avaliados e priorizados de acordo com sua probabilidade e impacto de sua eventual materialização, variáveis estas utilizadas no cálculo do valor absoluto da severidade de cada risco.

Nossa Política de Gerenciamento de Riscos prevê que os instrumentos utilizados para proteção contra os riscos devem considerar a severidade calculada e o apetite da Companhia aos mesmos, sendo orientados à:

- **Evitar:** Implementar ações que elimine totalmente a fonte de um risco em função deste não fazer parte dos objetivos e estratégias da organização.
- **Mitigar:** Diminuir a exposição em função de estar acima do apetite/nível de tolerância (exposição inaceitável) ou riscos com exposição abaixo do apetite/nível de tolerância, mas que pode decisão gerencial serão objeto de mitigação.
- **Tolerar/Aceitar:** Manter o risco no nível de exposição em que está em função de estar dentro do grau de tolerância (exposição aceitável). Neste caso, a aceitação de riscos sem nenhuma resposta deverá ser validada pela Vice-Presidência responsável pelo risco e posteriormente pelo Comitê de Auditoria e Risco.
- **Explorar:** Aumentar o grau de exposição na medida em que este aumento possibilita vantagens competitivas para a Companhia.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

- Transferir: Repassar o risco para um terceiro melhor preparado para lidar com ele (terceirização da atividade fonte do risco, contratação de seguros etc.).

**(iii) A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos**

A Diretoria de Controles Internos, Auditoria Interna e Compliance atualmente é a consolidadora das informações relacionadas ao gerenciamento de Riscos na Companhia. Tal área, embora possua atividades relacionadas à controles internos e à auditoria interna, tem sua independência reforçada por meio de seu reporte funcional ao Comitê de Auditoria e Risco e administrativo para alta Administração da Cogna (Diretoria Jurídica).

O Comitê de Auditoria e Risco, um dos comitês consultivos estabelecidos pelo Conselho com o objetivo de obter os elementos e subsídios necessários ao processo decisório do Conselho, atualmente é composto por três membros efetivos, que, dentre outras atribuições, assessora o Conselho de Administração em assuntos relacionados à auditoria, riscos, compliance e governança.

**(c) Adequação da estrutura operacional de controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A Companhia entende que a estrutura e abordagem de riscos e controles internos estabelecida até a data referência do presente documento se mostrou eficaz no cumprimento das estratégias e objetivos estabelecidos pelo Comitê de Auditoria e Risco.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado****5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado**

**(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos, a qual foi aprovada pelo Comitê de Auditoria e Risco e pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 29 de outubro de 2018 e divulgada ao público, em consonância com a normativa CVM 552 e atualizações da Regulamentação do Novo Mercado. A política pode ser consultada no site da CVM (Sistema IPE) e no site de relações com investidores da Companhia (<http://ri.cogna.com.br/>).

A metodologia estabelecida pela Política de Gerenciamento de Riscos é orientada pelas melhores práticas do COSO-ERM (Committee of Sponsoring Organization of the Treadway Commission - Enterprise Risk Management Framework) e ISO31000/2018.

**(b) Objetivos e Estratégias da política de gerenciamento de riscos**

**(i) Riscos de mercado para os quais se busca proteção**

Nós estamos expostos aos riscos gerais de mercado e adotamos planos de ação para tentar mitigá-los. Dentre esses riscos, conforme descrito no item 4.2 deste Formulário de Referência, está o risco relacionado às oscilações nas taxas de juros, que afetam diretamente o nosso ativo e passivo. Não possuímos exposição cambial, já que nossas receitas e nossos custos diretos não são atreladas a moedas estrangeiras, bem como não contraímos dívidas em moeda estrangeira.

Como forma de proteção, monitoramos continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. Ainda, restringimos nossa exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras efetuando nossos investimentos em instituições financeiras de primeira linha.

**(ii) Estratégia de proteção patrimonial (hedge)**

Não utilizamos instrumentos financeiros com objetivo de proteção patrimonial (hedge), pois os riscos de mercado a que estamos sujeitos, seja no ativo ou no passivo, não representam importância que justifique tais operações ou, ainda, uma estratégia de proteção patrimonial.

**(iii) Instrumentos utilizados para a proteção patrimonial (hedge)**

Não utilizamos instrumentos financeiros com objetivo de proteção patrimonial (hedge), pois os riscos de mercado a que estamos sujeitos, seja no ativo ou no passivo, não representam importância que justifique tais operações ou, ainda, uma estratégia de proteção patrimonial.

**(iv) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**

Temos o acompanhamento rotineiro dos principais índices que medem a inflação no País e os confrontamos com os reajustes que realizamos em nossas mensalidades escolares, de modo a compensarmos os aumentos que temos em nossos custos.

Em relação às taxas de juros de mercado, também mantemos monitoramento rotineiro e contatos frequentes com instituições financeiras, permitindo que tomemos ações preventivas caso tenhamos uma majoração das taxas praticadas no mercado acima de percentuais que consideramos razoáveis para nosso negócio. As aplicações financeiras, de alta liquidez, são realizadas por meio de definição de estratégias conservadoras, visando principalmente rentabilidade e segurança. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a Fundos de Investimentos administrados por bancos de primeira linha e compostos de, no mínimo, 55% de títulos públicos federais, Certificados de Depósitos Bancários e Letras Financeiras

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

atrelados à variação do CDI (Certificado de Depósitos Interfinanceiros), com baixo risco e alta liquidez imediata.

Monitoramos constantemente nossa carteira de recebíveis e índice de inadimplência no pagamento das mensalidades escolares por nossos alunos e provisionamos as possíveis perdas em nossas demonstrações financeiras. Mantemos, ainda, ações de cobrança relativamente às mensalidades escolares em atraso por nossos alunos, iniciando-se por uma cobrança amigável no âmbito administrativo e podendo chegar até a cobrança judicial.

Adicionalmente, o nosso Comitê de Auditoria e Risco poderá acionar a nossa Diretoria na determinação de outros parâmetros do modelo de gestão de nossos riscos, conforme citado no item (vi) abaixo.

**(v) Indicar se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos**

Não operamos instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge).

**(vi) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado**

À luz dos riscos de mercado enfrentados pela Companhia (principalmente endividamento e investimento), os critérios e riscos são analisados pela Diretoria Financeira e CFO e posteriormente apresentados e validados formalmente junto ao Comitê Financeiro e de M&A.

A Diretoria de Controles Internos, Auditoria Interna e Compliance é a consolidadora das informações relacionadas ao gerenciamento de Riscos na Companhia. Tal área, embora possua atividades relacionadas à Controles Internos e à auditoria interna, tem sua independência reforçada por meio de seu reporte funcional ao Comitê de Auditoria e Risco e administrativo para alta Administração da Companhia (Diretoria Jurídica).

O Comitê de Auditoria e Risco, um dos comitês consultivos estabelecidos pelo Conselho com o objetivo de obter os elementos e subsídios necessários ao processo decisório do Conselho, atualmente é composto por três membros efetivos e independentes, que, dentre outras atribuições, assessora o Conselho de Administração em assuntos relacionados à auditoria, riscos, compliance e governança.

**(c) Adequação da estrutura operacional de controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

Entendemos que nossa estrutura operacional é adequada e coerente com nossas diretrizes estratégicas e com o nosso perfil de risco do negócio no que se refere aos riscos de mercado estabelecidos no item 4.2.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

### 5.3 - Descrição dos controles internos

#### **(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

A administração da Companhia é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos e processos que visam fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade na preparação das Demonstrações financeiras e objetivam: a) a manutenção de registros que, de forma rigorosa e justa, registre as transações e disposições dos ativos e passivos da Companhia; b) o fornecimento de segurança razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)); e c) o fornecimento de garantia razoável em relação à prevenção ou detecção tempestiva de aquisição, utilização ou destinação não autorizadas dos ativos da Companhia que poderiam ter um efeito relevante sobre as demonstrações contábeis.

Os Diretores da Companhia entendem, ainda, que os controles internos da Companhia são suficientes e pertinentes, dado o tipo de atividade e o volume de transações que a Companhia opera. Adicionalmente, os Diretores da Companhia esclarecem que permanecem empenhados no aprofundamento, revisão e melhoria contínua de seus processos, e na implementação de novas ferramentas para revisão e aprimoramento dos controles internos.

Em razão de suas limitações inerentes, os controles internos sobre as demonstrações contábeis podem não impedir ou não detectar erros. Da mesma forma, projeções de uma avaliação da eficácia do controle interno para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles venham a se tornar inadequados por causa de mudanças nas condições, ou que o grau de adesão às políticas e aos procedimentos venha a se deteriorar.

#### **(b) as estruturas organizacionais envolvidas**

As práticas e controles adotados são gerenciados em conjuntos pelas áreas de Controles Internos, Auditoria Interna, Compliance, Contabilidade e Controladoria. A Diretoria de Controladoria é a área responsável pela elaboração das Demonstrações Financeiras, com a adoção dos princípios contábeis aplicáveis e seguindo os procedimentos e controles internos estabelecidas pela Companhia. A Diretoria de Controles Internos, Auditoria Interna e Compliance (DCAC) é responsável por auxiliar a estabelecer e avaliar a aderência das áreas de negócio aos procedimentos definidos, com o objetivo de transparecer confiança nas informações contábeis registradas e apresentadas. A DCAC possui reporte funcional ao Comitê de Auditoria e Risco independente e administrativo ao Diretor Jurídico da Companhia.

O Comitê de Auditoria e Risco tem o papel de fiscalizar a eficácia dos controles internos e é informado pela Diretoria de Controles Internos, Auditoria Interna e Compliance sobre o plano de auditoria (escopo, cronograma, metodologia), status, resultados e planos de ação determinados pelas áreas responsáveis no tocante a deficiências e melhorias de controles.

#### **(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

As deficiências de controles identificadas em trabalhos de auditoria (interna e externa) são consolidados pela Diretoria de Controles Internos, Auditoria Interna e Compliance e apresentados oportunamente ao Comitê de Auditoria e Risco, responsável pela supervisão do processo como um todo.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

### **(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro do exercício da atividade de auditoria independente**

Utilizamos as recomendações dos auditores independentes para elaboração dos planos de ação necessários para resolução das deficiências de controle identificadas.

Relativamente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, nossos auditores destacaram as seguintes fragilidades no ambiente de controles:

#### **Ausência de revisões formais para os processos de conciliação contábil e para transações não usuais e lançamentos manuais.**

Recomendações: (a) Revisar o desenho e a implementação do controle de conciliação contábil, a fim de garantir que os saldos contabilizados reflitam as informações das composições analíticas; (b) Revisar o desenho e a implementação do controle de revisão de transações não usuais e lançamentos manuais, a fim de garantir que os saldos contabilizados estejam corretos.

#### **Divergência entre a conciliação entre os laudos de avaliação dos ativos e os saldos contábeis.**

Recomendações: (a) Recomendamos à Administração da Companhia que desenhe e implemente um controle de revisão formal dos saldos de ágio e investimento de forma que os laudos de avaliação sejam corretamente refletidos; (b) Recomendamos à Administração da Companhia que anualmente seja realizado o recesso da vida útil dos ativos, e que os devidos ajustes sejam realizados na contabilidade.

#### **Ausência de sistema integrado único para realização do fechamento contábil.**

Recomendações: (a) Implementação do mesmo sistema operacional e contábil para as empresas do grupo; (b) Implementação de um novo ciclo de fechamento contábil mais eficiente com menor exposição de erros. (c) Desenho e a implementação do controle de revisão dos ajustes de consolidação das demonstrações financeiras; (d) Crie um portfólio que centralize as documentações suporte para a contabilização; (e) Realize treinamentos com os colaboradores envolvidos nas atividades de fechamento contábil.

### **(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

A Alta Administração da Companhia entende e comenta todas as recomendações da auditoria independente, incluindo plano de ação e prazo de conclusão. Apresentamos abaixo, os comentários e medidas tomadas com relação às deficiências destacadas pelos auditores independentes:

#### **Ausência de revisões formais para os processos de conciliação contábil e para transações não usuais e lançamentos manuais**

Comentário da Administração:

A Companhia entende que o nível atual de controles e sistemas informatizados implantados suporta a operação atual e a Companhia iniciou a implantação de um novo sistema informatizado integrado (SAP) que estará concluído no ano de 2021 e entende que com esse projeto as deficiências apontadas estarão definitivamente solucionadas, com conciliação automática de lançamentos e integração sistêmica entre os módulos. Em termos de controles atualmente

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

utilizados e que no entendimento da Administração suporta o processo atual, há aprovação para 100% dos lançamentos manuais, contudo, devido ao volume, não é possível revisar todos eles, sendo tal revisão feita de forma amostral. Adicionalmente, a Companhia efetua a conciliação de 100% das contas contábeis, garantindo a confiabilidade das informações.

**Divergência entre a conciliação entre os laudos de avaliação dos ativos e os saldos contábeis.** (Ressaltamos que os apontamentos de diferenças foram identificados, ajustados pela Companhia e apresentados à auditoria antes do fechamento da auditoria do ano fiscal)

Comentário da Administração:

A Companhia realiza a conciliação de saldos entre os laudos de avaliação dos ativos e os saldos contábeis. Os valores apontados foram ajustados pela Administração e o saldo das demonstrações financeiras está refletindo os valores finais dos laudos.

**Ausência de sistema integrado único para realização do fechamento contábil.**

Comentário da Administração:

A Companhia tem unidades de negócios distintas e para isso tem sistemas informatizados diferentes que atendem especificidades de cada uma delas, além disso, o sistema de consolidação e relatórios financeiros é unificado e consolida as informações dos demais sistemas. A Companhia iniciou um projeto para a implantação de um novo sistema para os segmentos de negócios Kroton e Platos e executa procedimentos mitigatórios para garantir um processo de fechamento contábil eficiente e sem lançamentos manuais.



## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

### 5.4 - Programa de integridade

**(a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

**(i) Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

A Diretoria de Controles Internos, Auditoria e Compliance (DCAC) tem o papel de estabelecer mecanismos e procedimentos orientados a prevenir, detectar e sanar eventuais irregularidades praticadas no âmbito de atuação da Companhia, inclusive envolvendo a administração pública.

Para endereçar os riscos oriundos das interações com agentes públicos, a Cogna formalizou em 2014 seu Manual Sobre a Lei Anticorrupção, documento aplicável a todos os colaboradores, membros do Conselho, diretores e terceiros que atuam em nome da Companhia, no qual são estabelecidas diretrizes e orientações relacionadas ao tema. O Manual Anticorrupção foi revisado em 2018 e aprovado pelo Conselho de Administração.

A prevenção se dá principalmente por meio de treinamentos e comunicados relacionados ao Manual.

A DCAC atua proativamente na detecção de eventuais irregularidades por meio de auditorias internas e revisões de processos com foco em controles internos, realizadas no decorrer do ano com suas prioridades determinadas por metodologia própria validada pelo Comitê de Auditoria e Risco. Ambas abordagens permitem, por meio de testes de controles e testes substantivos, identificar eventuais não conformidades que possam impactar a administração pública. A detecção também pode se dar de forma reativa por meio de relato recebido via nosso Canal Confidencial (<https://cck.kroton.com.br/>) e posterior investigação.

Com o objetivo de sanar as não conformidades identificadas nesses trabalhos, são gerados planos de ações orientados a remediar deficiências processuais que permitiram a não conformidade (causa raiz).

Os resultados dos trabalhos são apresentados oportunamente ao Comitê de Auditoria e Risco, que pode sugerir reavaliações a adaptação de práticas e metodologias adotadas.

**(ii) As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

A DCAC tem o papel de estabelecer mecanismos e procedimentos orientados a prevenir, detectar e sanar eventuais irregularidades praticadas no âmbito de atuação da Companhia, inclusive envolvendo a administração pública. A DCAC atua por meio de suas 3 células:

- Gestão de Riscos e Controles Internos: é responsável por atuar como facilitadora na identificação e gestão dos riscos aos quais a Companhia está exposta e estabelecer, em conjunto com as áreas de negócios, ações de remediação para mitigá-los.
- Compliance: responsável pela validação das políticas e procedimentos da Companhia, bem como por identificar eventuais descumprimentos. Também realiza a gestão do Canal Confidencial Kroton (CCK), apurando e direcionando relatos conforme necessidade.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- Auditoria Interna: fornece avaliação independente sobre todos os processos da Companhia.

A DCAC tem sua independência garantida por meio de seu reporte funcional ao Comitê de Auditoria e Risco Independente, órgão para o qual os trabalhos e fragilidades identificadas no decorrer das atividades são reportados oportunamente.

### **(iii) Se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

- Se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O Código de Conduta Cogna tem como objetivo nortear e deixar explícitos os comportamentos considerados aceitáveis ou repudiados pela Companhia. O documento considera a opinião de diversas áreas da Companhia que, alinhadas a nossa Missão, Visão e Valores, se empenham em classificar as ações consideradas adequadas para o bom funcionamento dos processos da Companhia. O curso sobre o Código de Conduta Cogna disponível na Universidade Cogna é obrigatório para todos colaboradores, sendo realizado na etapa de integração para todos os colaboradores recém-admitidos.

O Código de Conduta Cogna se aplica a todos os colaboradores – administrativos e docentes – e administradores da Cogna, bem como a parceiros de negócios atuando em nome da Companhia, em suas relações com colegas, membros de suas equipes, empresa, fornecedores, acionistas, governo e outros parceiros de negócios.

- Se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

Os colaboradores e Diretores da Cogna e suas empresas são treinados quanto as diretrizes do nosso Código de Conduta ao serem admitidos. O treinamento sobre o Código de Conduta faz parte da Trilha “Conhecendo a Cogna” da Universidade Cogna (UC). Essa trilha é obrigatória e um dos critérios para promoções dos colaboradores. O treinamento sobre o Manual Anticorrupção (Lei 12.846) também faz parte desta Trilha.

- As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

Qualquer colaborador, em qualquer nível da Companhia, que violar o Código, bem como leis e regulamentação aplicáveis, está sujeito a ações disciplinares, incluindo demissão por justa causa. Violações que podem implicar ações disciplinares incluem:

- o Violar direta ou indiretamente o Código, leis, regulamentações ou políticas da Companhia.
- o Orientar ou apoiar outros na violação do Código, leis, regulamentações ou políticas da Companhia.
- o Omitir-se na pronta apresentação de uma violação conhecida ou suspeita do Código, leis, regulamentações ou políticas da Companhia aos canais competentes.
- o Não cooperar com a Companhia nas investigações de denúncias relacionadas às violações.
- o Retaliar um colaborador por ter reportado uma potencial violação ou mesmo por ter colaborado em uma investigação.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

o Ter proporcionado as condições para a violação ao omitir-se na comunicação e/ou supervisão da conduta da equipe pela qual é responsável.

- Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Conduta Cogna está vigente e foi aprovado pela Presidência em 2016, ano de divulgação da sua última versão.

Atualmente, após a aquisição da Somos Educação, o documento está em processo de unificação e revisão, sendo que a nova versão do Código de Conduta será submetida à aprovação do Conselho de Administração, conforme exigência do Regulamento do Novo Mercado e diretriz da instrução CVM 586/2017.

O Código de Conduta Cogna está disponível nos sites institucional e de relações com investidores da Companhia ([www.cogna.com.br](http://www.cogna.com.br) e [ri.cogna.com.br](http://ri.cogna.com.br)).

### **(b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

- Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

A Cogna possui o Canal Confidencial Kroton (CCK), sob gestão da DCAC. Este canal deve ser utilizado para reportar as situações nas quais os valores e princípios éticos da Companhia estejam sendo violados ou colocados em risco.

- Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O CCK é aberto para o recebimento de denúncias internas (colaboradores) e externas (terceiros/clientes). O Canal está disponível no site da Companhia ([www.kroton.com.br](http://www.kroton.com.br)) e na Intranet (Portal Informa).

- Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

Ao inserir um novo relato no CCK, o denunciante tem a opção de se identificar ou manter o anonimato. O CCK, por permitir o anonimato do relator, não viabiliza a identificação de quais denúncias tiveram sua origem interna e/ou externamente. Este canal tem como princípio a confidencialidade de informações. Todas as situações reportadas ao CCK são tratadas com total seriedade, sigilo, imparcialidade e independência. Caso o denunciante se identifique, ele terá a sua identidade preservada durante todo o processo de investigação.

- Órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

A Diretoria de Controles, Auditoria e Compliance é a área responsável pela apuração das denúncias, sendo os resultados desses trabalhos de investigação e auditoria apresentados trimestralmente ao Comitê de Auditoria e Risco.

Quando constatada a procedência do relato mediante entendimento dos fatos e das fragilidades processuais que causaram a ocorrência, são definidas, em conjunto entre as áreas de Compliance, RH e Jurídico, medidas administrativas/disciplinares aplicáveis aos envolvidos e ações necessárias para evitar a recorrência das mesmas (Áreas de Controles, Auditoria e Compliance junto com as áreas de negócios envolvidas).

### **(c) Se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade**

A Administração da Companhia realiza análises e avaliações detalhadas (Due Diligence) de informações financeiras, contábeis, fiscais, previdenciárias, imobiliárias e legais previamente antes de processos de fusões, aquisições e estruturas societárias.

**(d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Não aplicável, já que a Companhia adota os mecanismos mencionados anteriormente.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas****5.5 - Alterações significativas**

Em relação ao último exercício social, em função das alterações na legislação de Proteção de Dados, o risco Cibernético relacionado ao tratamento e exposição de dados pessoais ganhou maior relevância considerando os negócios da Companhia e está sendo acompanhado pela Alta Administração.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e****5.6 - Outras informações relevantes**

A Companhia entende que a estrutura e abordagem de riscos e controles internos estabelecida até a data referência do presente documento se mostrou eficaz no cumprimento das estratégias e objetivos estabelecidos pelo Comitê de Auditoria e Risco.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho. Os valores constantes nesta seção 10.1 foram extraídos das nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

Os termos "AH" e "AV" nas colunas de determinadas tabelas no item 10 deste Formulário de Referência significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação a receita operacional líquida para os exercícios indicados, ou em relação do ativo total nas datas aplicáveis, exceto quando indicado em contrário.

Todas as informações apresentadas neste item 10.1 foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma, gerando com isso arredondamentos na última unidade e podendo, portanto, divergir imaterialmente nos cálculos.

#### (a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Nos segmentos de Ensino Superior EAD e Ensino Superior Presencial, a Companhia encerrou o exercício social em 31 de dezembro de 2019 com 821.609 alunos, sendo 780.396 matriculados em cursos de Graduação e outros 41.213 em cursos de Pós-graduação, considerando as modalidades Presencial e EAD, número 4,0% inferior à quantidade registrada em 31 de dezembro de 2018, o que representa a redução da base de ensino superior em 34.588 alunos neste período. Essa variação negativa da base reflete o maior número de formaturas observadas no período em razão das fortes safras de captação verificadas em 2014 e 2015, além da mudança no perfil da base, com a redução no número de alunos FIES (que, tradicionalmente, apresentavam menor evasão) e com o aumento dos alunos matriculados na modalidade 100% online de EAD (que possuem maior propensão a evadir). Dessa forma, verificou-se uma pressão maior de evasão registrada no período, principalmente no presencial. Por outro lado, a Companhia tem investido bastante na atualização do portfólio de cursos oferecidos e no seu canal de empregabilidade como forma de mitigar esses efeitos e garantir sólidos resultados de captação, como atestam os últimos processos realizados em 2019, nos quais foram apresentados crescimento de volume tanto no segmento Presencial quanto no EAD, com um montante de receita de captação muito mais forte

Ao final do ano de 2018, a Companhia contava com 856.197 alunos de Ensino Superior, sendo 815.332 matriculados em cursos de Graduação e outros 40.865 em cursos de Pós-graduação, considerando as modalidades Presencial e EAD, número 2,3% inferior na comparação anual, o que representa a redução da base em 19.943 alunos neste período, novamente refletindo o maior número de formaturas e a mudança no perfil da base de alunos. Adicionalmente, a lenta recuperação econômica verificada no ano passado e a manutenção de um alto nível de desemprego contribuíram para pressionar os indicadores de evasão da Companhia.

Em decorrência dos fatores descritos acima, a receita líquida de Ensino Superior EAD obteve R\$ 1.057,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 1.221,7 milhões em 31 de dezembro de 2019, aumento de 15,6%. Em 31 de dezembro de 2018, tivemos R\$ 1.057,0 milhões, comparado a R\$ 1.073,4 milhões em 31 de dezembro de 2017, queda de 1,5%.

Com relação ao Ensino Superior Presencial, nossa receita líquida totalizou R\$3.757,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, queda de 11,2% frente aos R\$4.260,7 milhões registrados em 31 de dezembro de 2018.

Dessa forma, no ano encerrado em 31 de dezembro de 2019, nossa receita líquida de Ensino Superior atingiu R\$4.979,2 milhões, comparado a R\$5.317,7 milhões no ano encerrado em 31 de dezembro de 2018, queda de 6,4%.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Considerando o segmento de Educação Básica, a Companhia apresentou uma receita líquida de R\$ 2.047,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, aumento de 175,6% no comparativo com o exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, onde obtivemos uma receita líquida de R\$ 743,1 milhões, como resultado da incorporação da Somos e das demais escolas adquiridas pela Saber ao longo de 2018. É válido notar também que, a partir de 2019, o segmento de Educação Básica passou a ser constituído por duas unidades de negócios: (i) Plataformas Integradas de Serviços de K-12 & PNLD/Contratos Oficiais que englobam as nossas soluções de conteúdos core, soluções de conteúdos complementares e serviços digitais, além do PNLD e dos contratos oficiais com poder público; e (ii) gestão de escolas que abrange todas as escolas próprias e geridas do grupo (54) e as operações da Red Balloon próprias, franquias e in-school.

Na comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia registrou um aumento na receita líquida de educação básica de 318,9%, obtendo R\$ 177,4 milhões em 2017 e R\$ 743,1 milhões em 2018, também refletindo nosso crescimento inorgânico no período, com a aquisição da Somos.

### Indicadores Financeiros

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, nossa receita líquida atingiu o montante de R\$ 7.027,2 milhões, aumento de R\$ 966,5 milhões, ou 15,9% na comparação anual, pelos motivos citados acima. Por sua vez, o lucro líquido totalizou R\$ 416,7 milhões, redução de R\$ 976,1 milhões, ou 70,1%, refletindo: (i) o maior volume de despesas financeiras em razão da dívida contraída para a aquisição da Somos, (ii) o aumento dos níveis de amortização do ágio derivado das aquisições ocorridas em 2018, especialmente Somos; e (iii) menor resultado operacional observado no Ensino Superior, decorrente da redução da base de alunos em razão do aumento de formaturas e da evasão dos alunos em comparação ao mesmo período do ano passado, fruto da manutenção do alto nível de desemprego e também da lenta recuperação econômica.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, nossa receita líquida atingiu o montante de R\$ 6.060,7 milhões, aumento de R\$ 502,9 milhões, ou 9,1% na comparação anual, pelos motivos citados acima. Por sua vez, o lucro líquido totalizou R\$ 1.392,9 milhões, queda de R\$ 489,5 milhões, ou 26%, em função dos seguintes impactos: (i) o aumento das despesas comerciais como consequência da expansão geográfica, além do ambiente competitivo mais acirrado, (ii) o aumento dos níveis de depreciação derivado dos investimentos em produção de conteúdo e tecnologia, que possuem vida útil depreciável mais curta, (iii) o maior imposto gerado com o recebimento de uma das parcelas dos ativos vendidos, bem como (iv) a venda de ativos realizada no final de 2017.

Por fim, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, nossa receita líquida atingiu o montante de R\$ 5.557,7 milhões, aumento de R\$ 313,0 milhões, ou 6,0% na comparação anual, com um lucro líquido de R\$ 1.882,3 milhões, crescimento de R\$ 17,7 milhões, ou 0,9%, decorrente principalmente dos esforços conduzidos para aumentar a eficiência da Companhia, com uma gestão austera de custos e despesas e um rígido controle orçamentário. Beneficiaram também este resultado a captura de ganhos de sinergia e eficiência, através de iniciativas como o rollout do software de Pesquisa Operacional (PO) e do nosso modelo acadêmico KLS 2.0, que vem promovendo reduções significativas na alocação de carga horária por aluno, além do projeto de strategic sourcing, da otimização do desempenho do EAD de Anhanguera e outras iniciativas.

O caixa e equivalentes de caixa somados com os títulos e valores mobiliários de curto e longo prazo totalizou R\$ 843,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 comparado a R\$ 2.595,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, queda de R\$ 1.752,5 milhões, ou 67,5%, devido ao pagamento pela aquisição da Somos e outros investimentos de expansão realizados no exercício.

O caixa e equivalentes de caixa somados com os títulos e valores mobiliários de curto e longo prazo totalizou R\$ 2.595,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 1.733,2 milhões em 31 de dezembro de 2017. Desta forma, em 2018 registramos um aumento de 49,8%, como



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

consequência da geração de caixa observada no período, dos recursos obtidos via aplicações financeiras e de caixa proveniente de aquisição de controladas, além do recebimento dos 50% remanescentes relacionados ao FIES devidos pela Portaria Normativa 23 (PN23).

A nossa administração analisa os índices de liquidez corrente e de endividamento a fim de identificar possíveis desequilíbrios entre as dívidas de curto prazo e os recebíveis de curto prazo. Essa análise busca identificar possíveis necessidades de captação de recursos ou disponibilidade de caixa para futuros investimentos. Demonstramos no quadro a seguir o índice de liquidez, índice de endividamento, percentual do retorno sobre os ativos e patrimônio em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

(Em milhares de reais, exceto % e os índices)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Ativo Circulante	4.659,5	5.580,1	3.536,1
Passivo Circulante	2.731,1	2.565,5	1.345,5
<b>Índice de liquidez corrente</b>	<b>1,7</b>	<b>2,2</b>	<b>2,6</b>
Passivo Circulante + Passivo não Circulante	18.263,7	14.476,1	3.012,7
Ativo Total	34.273,1	31.949,1	18.220,4
<b>Índice de endividamento</b>	<b>0,5</b>	<b>0,5</b>	<b>0,2</b>
Lucro Líquido	416,7	1.392,90	1.882,30
Ativo Total	34.273,1	31.949,13	18.220,4
<b>Retorno sobre os ativos</b>	<b>1,2%</b>	<b>4,4%</b>	<b>10,3%</b>
Lucro Líquido	416,7	1.392,9	1.882,3
Patrimônio Líquido	16.009,4	17.473,1	15.207,7
<b>Retorno sobre o patrimônio líquido</b>	<b>2,6%</b>	<b>8,0%</b>	<b>12,4%</b>

No comparativo entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2019, o Índice de liquidez corrente diminuiu de 2,2x para 1,7x impactado pelo pagamento da aquisição da Somos aos controladores. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de caixa e títulos e valores mobiliários apresentava um elevado saldo devido à Companhia ter realizado a captação de recursos e, naquele momento, ainda não ter pago os valores da aquisição. Vale ressaltar que a maior parte desses recursos foi usada para pagar os controladores da Somos no dia 11 de outubro de 2018, data do fechamento da operação. Entre 2017 e 2018, o Índice de liquidez corrente reduziu de 2,6x para 2,2x, principalmente devido ao maior endividamento para fazer frente à aquisição de Somos.

Já o índice de endividamento foi mantido em 0,5x entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019, e totalizou 0,3x entre os anos encerrados em 31 de dezembro de 2017, ambos devido à emissão de debêntures para aquisição de controladas, notadamente a Somos.

Nosso retorno sobre os ativos passou de 4,4% em 31 de dezembro de 2018 para 1,2% em 31 de dezembro de 2019, em função do aumento no ativo total, principalmente relacionado aos ativos da Somos e demais aquisições, além da queda no resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Ainda, nosso retorno sobre os ativos passou de 10,3% no ano findo em 31 dezembro 2017 para 4,4% no ano findo em 31 dezembro de 2018, em função do aumento no nosso contas a receber, por sua vez refletindo a maior exposição da Companhia aos produtos de parcelamento, e por aquisições de controladas no final do exercício.

Considerando o retorno sobre o patrimônio líquido, obtivemos 8,0% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e 2,6% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. A redução está relacionada a diminuição no lucro líquido apresentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, principalmente impactado pelo aumento nas despesas financeiras decorrentes da

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

captação de debêntures, além de aumento na amortização do ágio decorrente da aquisição de novas empresas. Entre os exercícios sociais de 2018 e 2017, o retorno sobre o patrimônio líquido reduziu de 12,4% para 8,0%, resultado do aumento das reservas de lucro da Companhia.

### (b) Estrutura de Capital

Os nossos Diretores acreditam que nossa estrutura de capital é adequada para suprir as nossas necessidades, uma vez que apresentamos aumentos na geração de caixa e em Patrimônio Líquido.

Em 31 de dezembro de 2019, o Patrimônio Líquido teve redução de 8,4% passando de R\$ 17.473,1 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 16.009,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, devido ao lucro apurado no exercício, deduzido dos dividendos distribuídos. Em 31 de dezembro de 2018, o Patrimônio Líquido registrou aumento de 14,9% passando de R\$ 15.207,7 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 17.473,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, devido ao lucro apurado no exercício, já deduzido dos dividendos distribuídos.

A seguir apresentamos as movimentações ao endividamento financeiro líquido para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

(em R\$ milhares)	Em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Empréstimos e financiamentos e debêntures – circulante	579,5	527,5	227,8
Empréstimos e financiamentos e debêntures – não circulante	7.505,0	7.156,1	76,1
<b>Dívida Bruta</b>	<b>8.084,6</b>	<b>7.683,6</b>	<b>303,9</b>
Caixa e equivalentes de caixa	(371,7)	(1.485,6)	(921,3)
Títulos e valores mobiliários	(471,4)	(1.110,0)	(811,9)
<b>Disponibilidades</b>	<b>(843,1)</b>	<b>(2.595,6)</b>	<b>(1.733,2)</b>
<b>Dívida (Caixa) Líquida</b>	<b>7.241,5</b>	<b>5.088,0</b>	<b>(1.429,3)</b>

Em 31 de dezembro de 2019, nosso endividamento financeiro líquido, calculado pela soma dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e no passivo não circulante, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários, resultou em uma dívida líquida de R\$ 7.241,5 milhões comparado a uma dívida líquida de R\$ 5.088,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, em decorrência dos empréstimos incorporados à Companhia advindos da Somos, da emissão de debêntures ocorrida em abril de 2019 e do desembolso de caixa, realizado em maio de 2019 aos acionistas não controladores da Somos.

Em 2018, nosso endividamento financeiro líquido, calculado pela soma dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e no passivo não circulante, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários de curto e longo prazo, resultou em uma dívida líquida de R\$ 5.088,0 milhões, frente a um caixa líquido de R\$ 1.429,4 milhões em 2017, também refletindo o aumento no endividamento para fazer frente à aquisição da Somos.

A tabela abaixo ilustra a evolução da nossa estrutura de capital, separando em dois elementos fundamentais (i) capital de terceiros; e (ii) capital próprio. Consequentemente, temos uma análise de capacidade de pagamento das obrigações de curto e longo prazo, bem como da principal fonte de capital da Companhia.

(em R\$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Capital de terceiros (Passivo Circulante + Passivo não circulante)	18.263,7	14.476,1	3.012,7
Capital próprio (patrimônio líquido)	16.009,4	17.473,0	15.207,7
<b>Capital total (terceiros + próprio)</b>	<b>34.273,1</b>	<b>31.949,1</b>	<b>18.220,4</b>
Capital de Terceiros / Capital Total	53,3%	45,3%	16,5%
Capital Próprio / Capital Total	46,7%	54,7%	81,5%

**Capital Próprio**

O Patrimônio Líquido registrou R\$16.009,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, R\$17.473,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e R\$15.207,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. Além disso, a relação do capital próprio frente a nossa estrutura de capital foi de 46,7% em 31 de dezembro de 2019, 54,7% em 31 de dezembro de 2018 e 81,5% em 31 de dezembro de 2017.

**Capital de Terceiros**

O nosso capital de terceiros é constituído por empréstimos e financiamentos (circulantes e não circulantes) no montante de R\$8.084,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 (R\$7.683,6 milhões em 31 de dezembro de 2018), e também por demais passivos no valor de R\$10.179,1 milhões (R\$6.792,4 milhões em 31 de dezembro de 2018), totalizando R\$18.263,7 milhões em 2019 (R\$14.476,1 milhões em 31 de dezembro de 2018). Se comparados os valores de 31 de dezembro de 2019 com 31 de dezembro de 2018, houve um aumento de 26,2%, principalmente, em consequência da mudança nas práticas contábeis advindas do IFRS16, o qual trouxe significativas mudanças para os arrendatários ao requerer que estes passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso dos ativos arrendados para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais. Esta norma entrou em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019. Os recursos de terceiros visam sempre: (i) suprir necessidades pontuais de capital de giro, e (ii) financiar aquisições e investimentos. É importante notar, que mesmo com este aumento no capital de terceiros, nosso índice de endividamento está consistente com os projetos e oportunidades da Companhia e respeitando os *covenants* acordados com os debenturistas.

**(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Nos últimos exercícios sociais, suprimos as nossas necessidades de recursos basicamente por nossa capacidade de geração de caixa operacional e recursos de terceiros. Considerando o perfil de nosso endividamento e nosso fluxo de caixa, os nossos Diretores acreditam que teremos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir nossos investimentos, custos, despesas operacionais e financeiras, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possamos garantir que tal situação permanecerá inalterada. Caso os nossos Diretores entendam ser necessário contrair empréstimos para financiar nossas atividades, englobando investimentos e aquisições, acreditamos ter capacidade para contratá-los a taxas de juros razoáveis.

Ademais, faz-se necessário destacar que a Companhia realizou a emissão de R\$ 800 milhões em debêntures no mês de abril/2019 com o objetivo de reforçar o capital de giro e alongar seu passivo financeiro.

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Empréstimos e Financiamentos – Circulante	579,5	527,5	227,8

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Empréstimos e Financiamentos - Não Circulante	7.505,0	7.156,1	76,1
<b>Endividamento Bruto</b>	<b>8.084,6</b>	<b>7.683,6</b>	<b>303,9</b>
Endividamento Circulante / Total	7,2%	6,9%	75,0%
Endividamento Não Circulante / Total	92,8%	93,1%	25,0%

**(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

Nossos Diretores acreditam que estamos em uma situação confortável em relação as nossas fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes, tendo em vista principalmente: (i) nossa capacidade de geração de caixa; (ii) a possibilidade de captação proveniente da emissão de ações; e (iii) a possibilidade de novas captações de recursos de terceiros.

A nossa fonte para capital de giro é fundamentalmente proveniente da geração própria de caixa e, eventualmente, da captação de recursos de terceiros.

Com relação a financiamento de investimentos em ativos não circulantes, os nossos Diretores acreditam que aplicaram e continuam aplicando as melhores opções para a análise da viabilidade entre a captação de recursos de terceiros ou da utilização de capital próprio. A métrica utilizada para a tomada de decisão envolve a correlação entre as taxas de mercado e a rentabilidade do capital próprio.

**(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Os nossos Diretores acreditam que a geração de caixa operacional é suficiente para cumprir com as obrigações de curto prazo.

Caso a capacidade de geração de caixa não seja suficiente para cobrir eventuais deficiências de liquidez, nossos Diretores acreditam que conseguiremos saná-las com novas linhas de financiamento. Na contratação de novos financiamentos, buscamos analisar as opções disponíveis no momento, dependendo das contratações de mercado, almejando sempre o melhor prazo médio e os menores custos financeiros.

**(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas****(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Nossos Diretores acreditam que nosso nível de endividamento vem se mantendo em um patamar condizente com nosso fluxo de caixa, sabendo-se que o nosso endividamento é composto principalmente por contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras de longo prazo, e visa assegurar recursos suficientes para fazer frente ao nosso ciclo operacional e de investimentos em nossos segmentos de atuação em Educação Básica, Ensino Superior EAD e Ensino Superior Presencial.

Quando recorremos a instituições bancárias, contratamos linhas perante as principais instituições financeiras do país, por meio de cédulas de crédito bancário, contas garantidas, arrendamento mercantil, fiança bancária, com taxas condizentes para empresas do nosso porte.

As principais garantias que oferecemos para a captação de linhas de financiamento são: contratação de fiança bancária, cessão fiduciária de aplicações financeiras e alienação fiduciária de participações societárias.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

A tabela abaixo apresenta a taxa de juros praticada, o saldo devedor, o vencimento e outras garantias de nossos contratos financeiros referentes aos períodos indicados.

(Em R\$ milhões)						Em 31 de dezembro de		
Empresa	Banco	Contrato	Valor do contrato	Vencimento	Taxa de juros	2019	2018	2017
Editora e Distribuidora Educacional S/A	Banco Bradesco S/A	1a Emissão de Debêntures 237/3396/1 512 de 15/12/2011	550	15 de dezembro de 2018	CDI + 2,0% a.a.	-	-	78,9
Editora e Distribuidora Educacional S/A	Banco Itaú S.A. e Banco Bradesco S.A	2a emissão de Debêntures - 1a série - 18/02/2015	400	28 de setembro de 2018	CDI + 1,95% a.a.	-	-	102,2
Editora e Distribuidora Educacional S/A	Banco Itaú S.A. e Banco Bradesco S.A	2a emissão De Debêntures - 3a série - 18/02/2015	85	10 de dezembro de 2019	CDI + 1,7% a.a.	-	42,7	85,4
Editora e Distribuidora Educacional S/A	DTVM OLIVEIRA TRUST	4a emissão Debentures série única - 27/08/2018	220	15 de agosto de 2021		223,9	-	-
Cogna Educação S.A	Banco Itaú S.A.	1a emissão Debentures série única - 15/04/2019	800	15 de abril de 2024	CDI + 0,65% a.a.	807,2	-	-
Cogna Educação S.A	Banco Itaú S.A.	5a emissão Debentures 1ª série - 15/08/2018	1129	15 de agosto de 2021	CDI + 0,75% a.a.	1.152,2	-	-
Cogna Educação S.A	Banco Itaú S.A.	5a emissão Debentures 2ª série - 15/08/2018	4264	15 de agosto 2023	CDI + 1,00% a.a.	4.246,5	-	-
Saber Educacional S/A	Banco Itaú S.A.	1a emissão De Debêntures - 1a série - 15/08/2018	1130	15 de agosto de 2021	CDI + 0,75% a.a.	-	1.154,2	-
Cogna Educação S.A	Banco Itaú S.A.	5a emissão Debentures 3ª série - 15/08/2018	106	15 de agosto 2025	IPCA + 6,7234% a.a.	112,8	-	-
Cogna Educação S.A	Banco Itaú S.A.	5a emissão Debentures 2ª série - 15/08/2018	101,7	15 de agosto de 2023	CDI + 1,00% a.a.	102,3	-	-
Cogna Educação S.A	Banco Itaú S.A.	6a emissão Debentures 1ª e 2ª séries - 15/08/2018	800	15 de agosto de 2022	CDI + 0,90% a.a. e CDI + 1,70% a.a.	510,3	-	-
Cogna Educação S.A	Banco Itaú S.A.	7a emissão Debentures série única - 15/03/2018	800	15 de setembro 2021	CDI + 1,15% a.a.	812,4	-	-
Cogna Educação S.A	Banco Itaú S.A.	8a emissão Debentures série única - 25/10/2017	100	25 de outubro de 2020	CDI + 1,00% a.a.	116,3	-	-
Saber	Banco	1a emissão	1130	15 de agosto	CDI +	-	1.154,2	-

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

(Em R\$ milhões)						Em 31 de dezembro de		
Empresa	Banco	Contrato	Valor do contrato	Vencimento	Taxa de juros	2019	2018	2017
Educacional S/A	Itaú S.A.	De Debêntures - 1ª série 1ª emissão		de 2021	0,75% a.a.			
Saber Educacional S/A	Banco Itaú S.A.	de Debêntures - 2ª série 1ª emissão	4264	15 de agosto de 2023	CDI + 1,00% a.a.	-	4.360,0	-
Saber Educacional S/A	Banco Itaú S.A.	de Debêntures - 3ª série 2ª emissão	106	15 de agosto de 2025	IPCA + 6,7234 % a.a.	-	108,6	-
Saber - Somos	Banco Itaú S.A.	de Debêntures - 1ª e 2ª série	800	15 de agosto de 2020	CDI + 0,90% a.a. e CDI + 1,70% a.a.	-	817,3	-
Saber - Somos	Banco Itaú S.A.	3ª emissão de Debêntures 4ª emissão	800	15 de novembro de 2021	CDI + 1,15% a.a.	-	813,2	-
Saber - Scipione	Banco Itaú S.A.	de Debêntures - série única	100	25 de outubro de 2020	CDI + 1,00% a.a.	-	108,3	-
Saber - Saraiva	Santander S.A.	1ª emissão de Debêntures	220	25 de agosto de 2021	CDI + 1,00% a.a.	-	224,1	-
Anhanguera Educacional Ltda.	N.A.	Leasing	41,5	N.A.	N.A.	0,7	55,2	37,4
<b>Total</b>						<b>8.084,6</b>	<b>7.683,6</b>	<b>303,9</b>
<i>Parcela circulante</i>						<i>579,5</i>	<i>227,8</i>	<i>219,3</i>
<i>Parcela não circulante</i>						<i>7.505,1</i>	<i>76,1</i>	<i>324,7</i>

A seguir apresentamos uma breve descrição dos contratos celebrados com nossos principais credores, que estavam vigentes em 31 de dezembro de 2019.

- A controlada Saber emitiu 550.000 (quinhentas e cinquenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, totalizando R\$5.500.000, sendo: (i) 112.966 Debêntures da 1ª série no valor total de R\$1.129.660; (ii) 426.434 Debêntures da 2ª série no valor total de R\$4.264.340; e (iii) 10.600 Debêntures da 3ª série, no valor total de R\$106.000. A Controladora, conforme fato relevante publicado ao mercado em 22 de novembro de 2019 assumiu todos e quaisquer ônus relativos as debêntures que haviam sido emitidas pela controlada Saber, sendo que, a partir deste momento, a Cogna se tornou a debenturista ao mercado.

- A Companhia, por meio da controlada Saber, na data da aquisição da Somos em 11 de outubro de 2018, passou a consolidar nos demonstrativos financeiros, todos e quaisquer direitos e obrigações assumidos pela Somos no âmbito (a) da 1ª Emissão Somos, bem como, em contrapartida, o recebimento, pela Saber, das Debêntures Privadas 1ª Emissão Somos Sistemas, passando a Saber a ser a única credora (debenturista) das Debêntures Privadas 1ª Emissão Somos Sistemas, no valor de R\$ 800.000; e (b) da 2ª Emissão Somos, bem como, em contrapartida, o recebimento pela Saber, das Debêntures Privadas da 2ª Emissão Somos Sistemas, passando a Saber a ser a única credora (debenturista) das Debêntures Privadas da 2ª Emissão Somos Sistemas no valor de R\$ 800.000; e (ii) a assunção, pela Saber, de todos e quaisquer direitos e obrigações assumidos pela Scipione no âmbito da 3ª Emissão Scipione, bem como, em contrapartida, a emissão, pela Scipione em favor da Saber, das Debêntures Privadas 1ª Emissão Scipione, de modo que a Saber será a única credora (debenturista) das Debêntures

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Privadas 1ª Emissão Scipione no valor de R\$ 100.000. A Saber assumirá os direitos e obrigações de emissora decorrentes das Debêntures 1ª Emissão Somos, das Debêntures 2ª Emissão Somos e das Debêntures 3ª Emissão Scipione na forma de suas 2ª (segunda), 3ª (terceira) e 4ª (quarta) emissões públicas de debêntures, respectivamente. A Controladora, conforme fato relevante publicado ao mercado em 22 de novembro de 2019, assumiu todos e quaisquer ônus relativos as debêntures que haviam sido emitidas pela controlada Saber, sendo que, a partir deste momento, a Cogna se tornou a debenturista ao mercado. Em contrapartida a este movimento, a Controlada Saber emitiu debêntures privadas com o intuito de quitação da dívida junto a Controladora.

- Em 27 de agosto de 2018, através da Somos, foi realizada a Primeira Emissão de Debêntures da Saraiva Educação, em série única, sob a forma nominativa, escritural e não conversível em ações, nos termos da Instrução CVM 476, no total de 2.200 ao Preço Unitário de R\$ 100. Os recursos obtidos por meio desta emissão foram utilizados para alongar o perfil de endividamento consolidado da Companhia, bem como reforçar seu caixa consolidado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as debentures foram transferidas para a controlada EDE.

- Em 15 de abril de 2019 a Controladora realizou sua primeira emissão de debêntures simples, realizada em série única. Foram subscritas 80.000 debêntures com valor unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais) cada uma, totalizando R\$ 800.000. As debêntures foram emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados e sem a possibilidade de conversão em ações. As debêntures não possuem cláusula de repactuação. As debêntures terão prazo de 5 anos, sendo o vencimento final em 15 de abril de 2024. O pagamento de principal ocorrerá em uma única parcela e os juros devidos, calculados até as datas, ocorrem semestralmente (abril e outubro).

### ***Outras relações de longo prazo com instituições financeiras***

Em 31 de dezembro de 2019, não há em nosso passivo qualquer outra operação de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item anterior.

O nosso endividamento de curto prazo e de longo prazo, na data base de 31 de dezembro de 2019, está assim distribuído:

<b>Empresa</b>	<b>Banco</b>	<b>Contrato</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>Inferior a 1 ano</b>	<b>1 a 3 anos</b>	<b>3 a 5 anos</b>	<b>Superior a 5 anos</b>
Editora e Distribuidora Educacional S/A	DTVM OLIVEIRA TRUST	4a emissão Debentures série única – 27/08/2018	223,9	4,1	219,8	-	-
Cogna Educação S.A	Banco Itau S.A.	1a emissão Debentures série única – 15/04/2019	807,2	8,7	-	798,4	-
Cogna Educação S.A	Banco Itau S.A.	5a emissão Debentures 1ª série – 15/08/2018	1.152,2	23,7	1.128,5	-	-
Cogna Educação S.A	Banco Itau S.A.	5a emissão Debentures 2ª série – 15/08/2018	4.246,5	93,0	2.073,9	2.079,6	-
Cogna Educação S.A	Banco Itau S.A.	5a emissão Debentures 3ª série – 15/08/2018	112,8	7,1	-0,1	35,1	70,7
Cogna Educação S.A	Banco Itau S.A.	5a emissão Debentures 2ª série – 15/08/2018	102,3	2,3	100,0	-	-
Cogna Educação S.A	Banco Itau S.A.	6a emissão Debentures	510,3	310,9	99,6	99,8	-

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

		1ª e 2ª séries – 15/08/2018					
Cogna Educação S.A	Banco Itaú S.A.	7ª emissão Debêntures série única – 15/03/2018	812,4	12,8	799,6	-	-
Cogna Educação S.A	Banco Itaú S.A.	8ª emissão Debêntures série única – 25/10/2017	116,3	116,3	-	-	-
Anhanguera Educacional Ltda.	N.A.	Leasing	0,7	0,5	0,2	-	-
		<b>TOTAL</b>	<b>8.084,6</b>	<b>579,5</b>	<b>4.421,4</b>	<b>3.012,9</b>	<b>70,7</b>

\*Nota: Os custos de estruturação de dívida são apropriados durante o prazo do contrato e contabilmente deduzidos do valor principal.

**ii. grau de subordinação entre as dívidas**

Não existe grau de subordinação contratual entre nossas dívidas. Com efeito, as dívidas da Companhia que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei. Note-se que, em eventual concurso universal de credores, após a realização do ativo da Companhia serão satisfeitos, nos termos da lei, os créditos trabalhistas, previdenciários e fiscais, com preferência em relação aos credores detentores de créditos com garantia real em relação aos demais credores quirografários.

**iii. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**

As debêntures emitidas pela controlada EDE requerem a manutenção de índices financeiros "covenants", calculados sobre as demonstrações financeiras da Companhia, que é garantidora da emissão. Os cálculos são exigidos desde 2012 até 2019, data do vencimento final.

As debêntures emitidas pela controlada Saber e pela Cogna também requerem a manutenção de índices financeiros "covenants", os quais serão apurados trimestralmente, durante a vigência desta emissão, com base nas informações trimestrais consolidadas da Companhia, que é garantidora da emissão. O período de apuração compreende os 12 meses imediatamente anteriores ao encerramento de cada trimestre e o cálculo é a razão entre a Dívida Líquida pelo EBITDA ajustado, sendo que o valor resultante não deve ser superior a 3.

**(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Em 31 de dezembro de 2019		
	Limite disponível	Limite utilizado	% do limite utilizado
Bancos	-	-	0,00%

**(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas de nossas informações anuais consolidadas auditadas, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

**DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS LINHAS DE RESULTADOS****Receita Líquida**



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Nossa receita líquida é composta pela receita bruta de vendas e/ou dos serviços prestados e pelas deduções da receita bruta (impostos, bolsas, descontos e devoluções).

### Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços

A nossa receita bruta é gerada pelos nossos segmentos de Educação Básica, Ensino Superior Presencial e Ensino Superior à Distância.

No segmento de Educação Básica, ampliamos nossa atuação de forma relevante através da incorporação da Somos em outubro de 2018. Com a Somos, passamos a ofertar um portfólio de soluções educacionais completo e integrado, inicialmente estruturado em duas grandes Unidades de Negócio:

1. Plataforma Integrada de Serviços K-12 & PNLD/Contratos Oficiais: engloba todos os produtos e serviços oferecidos para escolas parceiras, como: conteúdo físico e digital, assessoria pedagógica, avaliação, treinamento de professores, conteúdo de educação complementar (contra-turno), tecnologia educacional, soluções de e-commerce, entre outros serviços. Neste segmento também estão considerados os serviços prestados relativos ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e demais contratos firmados com órgãos oficiais.
2. Gestão de Escolas: compreende o desempenho das escolas de Educação Básica próprias, bem como dos contratos de gestão de escolas de terceiros (nos quais grandes empresas/organizações nos contratam para gerir suas unidades escolares), além de todas as operações do Red Balloon (escolas próprias, franquias e *in-schools*). A operação da Red Balloon está consolidada na Unidade Gestão de Escolas, pois a maioria dos seus alunos estuda em unidades autônomas

No Ensino Superior Presencial, a receita é proveniente da prestação de serviços de educação aos alunos matriculados em cursos de graduação (bacharelado e tecnólogo), pós-graduação, cursos técnicos, cursos de extensão, cursos livres, cursos de idiomas e outras, como: taxas de vestibular, emissão de diploma e aluguel de espaço para terceiros, além de outras taxas por serviços prestados aos alunos. Vale ressaltar que a Companhia, no reconhecimento da receita de alunos que utilizam nosso produto de parcelamento próprio, o PEP, aplica uma política de registro do valor parcelado líquido do ajuste a valor presente.

Na modalidade de Ensino Superior a Distância, utilizamos nossa rede de Polos Parceiros para prover a prestação de serviços aos nossos alunos, incluindo cursos de graduação (bacharelado e tecnólogo), pós-graduação, cursos de extensão, cursos livres e cursos preparatórios focados no exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e em concursos para carreiras públicas por meio da marca LFG. O Polo é responsável por toda a infraestrutura local oferecida, bem como uma série de prestações de serviços administrativos e complementares aos alunos. Em contrapartida a estes serviços, o Polo recebe uma parcela da receita arrecadada pela Companhia. A receita do segmento de Ensino a Distância já é registrada líquida destes repasses aos Polos parceiros.

### Deduções da Receita Bruta

As deduções da Educação Básica são compostas pelos tributos provenientes de nossas operações nos diversos segmentos, como escolas próprias, de idiomas, vendas de sistemas de ensino (ISS, PIS e COFINS), além das devoluções e dos abatimentos de material didático para escolas.

No Ensino Superior, as deduções são provenientes das bolsas do ProUni, concedidas em contrapartida à isenção fiscal de PIS e COFINS sobre a receita de graduação e Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o proporcional de Lucro Líquido da graduação. As demais deduções são provenientes de devoluções e/ou cancelamentos de mensalidades, de tributos sobre os serviços que não graduação (ISS, PIS e COFINS) e descontos condicionais sobre mensalidades e/ou juros sobre mensalidades em atraso.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### **Custos dos Bens e/ou Serviços Vendidos**

O custo de produtos vendidos está relacionado aos custos de editoração e impressão de material didático vendido às escolas associadas de Educação Básica bem como no âmbito do PNLD, e é apurado com base nos gastos com materiais e serviços necessários para a confecção das coleções.

O custo de serviços prestados está relacionado aos custos de operação das unidades de Ensino Superior e operações próprias de Educação Básica, representados pelos custos de professores, materiais, pessoal técnico, de apoio e pedagógico, aluguel, serviços de terceiros, outros custos operacionais e despesas com depreciação e amortização e é apurado com base nos gastos incorridos para a prestação do serviço.

### **Despesas/Receitas Operacionais**

As nossas despesas operacionais são compostas por despesas com vendas, gerais e administrativas e outras despesas operacionais líquidas, conforme abaixo:

#### **Despesas com Vendas**

As despesas com vendas são compostas de despesas de marketing, direitos autorais, pessoal e provisões para crédito de liquidação duvidosa (PCLD).

#### **Despesas Gerais e Administrativas**

As despesas gerais e administrativas são incorridas no gerenciamento e suporte das atividades operacionais. As nossas principais despesas abrangem aluguel administrativo, viagens, manutenção, utilidades, serviços de terceiros, serviços de consultoria e despesas com pessoal, que incluem salários e encargos da estrutura corporativa e demais despesas com pessoal e despesas com depreciação e amortização.

### **Resultado Financeiro**

O resultado financeiro é a diferença entre as receitas e despesas financeiras. Dentre as contas que compõem as receitas financeiras temos, principalmente, os juros sobre aplicações financeiras e os juros e multas sobre mensalidades em atraso, além da reversão do AVP. Nas despesas financeiras, temos principalmente os juros sobre empréstimos, juros e mora fiscal e comercial e tarifas bancárias e de cobrança.

### **Imposto de Renda e Contribuição Social**

O IRPJ é calculado com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. A CSLL é calculada à alíquota vigente sobre o resultado antes do imposto de renda, ajustado nos termos da legislação vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos é integralmente reconhecido enquanto o ativo depende de sua perspectiva de realização. As alíquotas desses impostos definidas atualmente são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

As sociedades mantenedoras de Instituições de Ensino Superior estão inseridas no Programa Universidade para Todos - ProUni, que estabelece, por meio da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados impostos federais, nomeadamente PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a instituições de Ensino Superior que

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional (presencial e/ou à distância) e graduação tecnológica.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

***Comparação entre o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018***

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	31/12/2019	AV <sup>1</sup> 2019 (%)	31/12/2018	AV <sup>1</sup> 2018 (%)	Variação 2019/18 (%)
<b>Receita Líquida</b>	<b>7.027,2</b>	<b>100,0</b>	<b>6.060,7</b>	<b>100,0</b>	<b>15,9</b>
Ensino Superior Presencial	3.757,6	53,5	4.260,7	70,3	(11,8)
Ensino Superior EAD	1.221,7	17,4	1.057,0	17,4	15,6
Educação Básica	2.047,9	29,1	743,1	12,3	175,6
<b>Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos</b>	<b>(2.809,6)</b>	<b>(40,0)</b>	<b>(2.268,8)</b>	<b>(37,4)</b>	<b>23,8</b>
Custo dos Produtos Vendidos	(515,2)	(7,3)	(183,9)	(3,0)	180,1
Custo dos Serviços Vendidos	(2.294,4)	(32,7)	(2.084,9)	(34,4)	10,1
<b>Lucro Bruto</b>	<b>4.217,6</b>	<b>60,0</b>	<b>3.791,9</b>	<b>62,6</b>	<b>11,2</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(3.021,1)</b>	<b>(43,0)</b>	<b>(2.547,0)</b>	<b>(42,0)</b>	<b>18,6</b>
Despesas com Vendas	(1.356,0)	(19,3)	(1.502,6)	(24,8)	(9,8)
Despesas Gerais e Administrativas	(1.704,2)	(24,3)	(1.052,0)	(17,4)	62,0
Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas	39,3	0,6	9,6	0,2	309,5
Equivalência Patrimonial	(0,2)	(0,0)	(2,0)	(0,0)	(92,3)
<b>Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos</b>	<b>1.196,5</b>	<b>17,0</b>	<b>1.244,9</b>	<b>20,5</b>	<b>(3,9)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(833,2)</b>	<b>(11,9)</b>	<b>134,5</b>	<b>2,2</b>	<b>(719,5)</b>
Despesas Financeiras	(1.179,7)	(16,8)	(286,3)	(4,7)	312,0
Receitas Financeiras	346,5	4,9	420,8	6,9	(17,7)
<b>Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro</b>	<b>363,4</b>	<b>5,2</b>	<b>1.379,4</b>	<b>22,8</b>	<b>(73,7)</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>53,4</b>	<b>0,8</b>	<b>13,5</b>	<b>0,2</b>	<b>296,2</b>
Corrente	(69,6)	(1,0)	(122,4)	(2,0)	(43,2)
Diferido	122,9	1,7	135,9	2,2	(9,55)
<b>Lucro Consolidado do Período</b>	<b>416,7</b>	<b>5,9</b>	<b>1.392,9</b>	<b>23,0</b>	<b>(70,1)</b>

<sup>(1)</sup> Percentual do total da Receita líquida.

***Receita líquida***

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	31/12/2019	AV <sup>1</sup> 2019 (%)	31/12/2018	AV <sup>1</sup> 2018 (%)	Variação 2019/18 (%)
<b>Receita Bruta</b>	<b>8.791,8</b>	<b>125,1</b>	<b>7.903,4</b>	<b>130,4</b>	<b>11,2</b>
Ensino Superior Presencial	4.801,1	68,3	5.610,0	92,6	(14,4)
Ensino Superior EAD	1.623,8	23,1	1.438,2	23,7	12,9
Educação Básica	2.366,9	33,7	855,3	14,1	176,7
<b>Deduções da Receita Bruta</b>	<b>(1.764,6)</b>	<b>(25,1)</b>	<b>(1.842,7)</b>	<b>(30,4)</b>	<b>(4,2)</b>
Ensino Superior Presencial	(1.043,6)	(14,9)	(1.349,3)	(22,3)	(22,7)
Ensino Superior EAD	(402,1)	(5,7)	(381,2)	(6,3)	5,5
Educação Básica	(319,0)	(4,5)	(112,2)	(1,9)	184,2
<b>Receita Líquida</b>	<b>7.027,2</b>	<b>100,0</b>	<b>6.060,7</b>	<b>100,0</b>	<b>15,9</b>
Ensino Superior Presencial	3.757,6	53,5	4.260,7	70,3	(11,8)
Ensino Superior EAD	1.221,7	17,4	1.057,0	17,4	15,6
Educação Básica	2.047,9	29,1	743,1	12,3	175,6

<sup>(1)</sup> Percentual do total da Receita líquida.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Receita Bruta

- **Ensino Superior Presencial**

Nossa receita bruta do Ensino Superior Presencial no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 4.801,1 milhões comparado a R\$ 5.610,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, uma redução de 14,4%, devido à: (i) redução da base de alunos verificada no período, principalmente nas Unidades Próprias, em razão do maior volume de evasão registrado ao longo de 2019 e do impacto das formaturas oriundas das grandes safras de captação de 2013 e 2014 e (ii) mudança no perfil da base, com a redução no número de alunos FIES, que tradicionalmente, apresentavam menor evasão e ticket médio maior.

- **Ensino Superior EAD**

Nossa receita bruta do Ensino Superior EAD no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 1.623,8 milhões comparado a R\$ 1.438,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, aumento de 12,9% devido aos robustos processos de captação e rematrícula realizados ao longo do ano, além da expansão no número de polos parceiros.

- **Educação Básica**

A receita bruta da Educação Básica no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 2.366,9 milhões, comparado a R\$ 855,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, com aumento de 176,7%. Esta variação decorre principalmente da aquisição de Somos e de escolas adquiridas pela empresa Saber ao longo do ano (Leonardo da Vinci e Lato Sensu). Como consequência dessas integrações, a base de comparação fica prejudicada, mas também deixa evidente a representatividade que o segmento ganhou após todas as operações, passando a representar 26,9% do faturamento total da Companhia.

### Receita Líquida

A receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 7.027,2 milhões comparado a R\$ 6.060,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, aumento de 15,9% devido principalmente a incorporação da receita da Somos e demais aquisições ocorridas em 2018.

### Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos

- **Custo dos produtos vendidos**

Os custos dos produtos vendidos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$ 515,2 milhões comparados a R\$ 183,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, aumento de 180,1%, reflexo da incorporação de Somos, em razão da maior representatividade de negócios que demandam uma estrutura de custos mais robusta.

- **Custo dos serviços prestados**

Os custos totais dos serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$ 2.294,4 milhões comparados a R\$ 2.084,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, aumento de 10,1%, em decorrência dos impactos da incorporação dos custos de Somos e demais aquisições ocorridas em 2018. Ao isolarmos o evento das aquisições, observamos uma redução nos dispêndios com folha de pagamento, o que reforça que a Companhia tem conseguido aumentar a eficiência da sua operação, mesmo com uma menor taxa de ocupação das suas unidades dado a maturação das 64 unidades lançadas entre 2017 e 2019.

### Lucro Bruto

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 4.217,6 milhões comparado a R\$ 3.791,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, com aumento de 11,2% decorrente de maior receita principalmente no segmento de Educação Básica, fruto da aquisição de Somos, e também a redução verificada nos dispêndios com folha de pagamento.

### **Despesas Operacionais**

- **Despesas com Vendas**

As despesas com vendas, compostas de equipe comercial, propaganda e marketing, direitos autorais, royalties e provisão para créditos com liquidação duvidosa (PCLD), no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$ 1.356,0 milhões comparados a R\$ 1.502,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, redução de 9,8%.

- **Despesas Gerais e Administrativas**

As despesas gerais e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$ 1.704,2 milhões comparados a R\$ 1.052,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, com aumento de 62% impactado, principalmente, pelas empresas que foram adquiridas no último ano. Dentre os maiores impactos, podemos destacar a amortização dos ativos intangíveis reconhecidos em conexão com a aquisição da Somos no montante de R\$ 352,2 milhões, valor 80% maior na comparação com o mesmo período de 2018.

- **Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas**

A linha de Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 obteve receita de R\$ 39,3 milhões comparado a receita de R\$ 9,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, aumento de 310%.

### **Resultado Financeiro**

- **Receitas Financeiras**

As receitas financeiras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 totalizaram R\$346,5 milhões, comparados a R\$420,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, redução de 17,7% devido a menor volume de aplicações financeiras em 2019, e também das movimentações realizadas nas disponibilidades da Companhia para aquisição da Somos.

- **Despesas Financeiras**

As despesas financeiras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 totalizaram R\$1.179,7 milhões, comparados a R\$286,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, aumento de 312% devido aos encargos financeiros relacionados às novas emissões de debêntures ocorridas entre agosto de 2018 e abril de 2019, além dos juros incorridos sobre os contratos de arrendamento mercantil, advindos da adoção ao IFRS 16.

### **Lucro antes dos Tributos sobre o Lucro**

O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$363,4 milhões comparado a R\$1.379,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, redução de 73,7% em decorrência das informações supracitadas.

### **Imposto de Renda e Contribuição Social**

- **Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício**

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$69,6 milhões comparado a R\$122,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, com redução de 43,2%. As despesas com imposto se mantiveram em linha, mesmo com queda relevante na base de cálculo, principalmente devido a aquisição das operações de Somos, as quais não possuem incentivo fiscal advindo do benefício do ProUni, fazendo com que houvesse maior provisão de imposto a recolher neste período. Tal aumento acabou sendo encoberto pela queda em nossos resultados nos demais segmentos do Grupo, fruto das despesas financeiras decorrentes das novas debentures emitidas no exercício.

### • Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

O imposto de renda e contribuição social diferido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$122,9 milhões comparado a R\$135,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, redução de 9,5%, fruto da baixa de parte do prejuízo fiscal que não será realizado, devidos as reorganizações societárias ocorridas no Grupo.

### • Lucro Consolidado do Período

O lucro consolidado do período reduziu em 70,1%, ou R\$976,1 milhões, passando de um lucro de R\$1.392,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 para um lucro de R\$416,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. As variações decorrem das explicações supracitadas.

### **Comparação entre o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017**

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	2018	AV <sup>1</sup> 2018 (%)	2017	AV <sup>1</sup> 2017 (%)	Variação 2018/17 (%)
<b>Receita Líquida</b>	<b>6.060,7</b>	<b>100,0</b>	<b>5.557,7</b>	<b>100,0</b>	<b>9,1</b>
Ensino Superior Presencial	4.260,7	70,3	4.306,9	77,5	(1,1)
Ensino Superior EAD	1.057,0	17,4	1.073,4	19,3	(1,5)
Educação Básica	743,1	12,3	177,4	3,2	318,8
<b>Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos</b>	<b>(2.268,8)</b>	<b>(37,4)</b>	<b>(2.105,9)</b>	<b>(37,9)</b>	<b>7,7</b>
Custo dos Produtos Vendidos	(183,9)	(3,0)	(15,3)	(0,3)	1.102,0
Custo dos Serviços Vendidos	(2.084,9)	(34,4)	(2.090,6)	(37,7)	(0,3)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>3.791,9</b>	<b>62,6</b>	<b>3.451,8</b>	<b>62,1</b>	<b>9,9</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(2.547,0)</b>	<b>(42,0)</b>	<b>(1.757,3)</b>	<b>(31,6)</b>	<b>44,9</b>
Com Vendas	(1.502,6)	(24,8)	(941,9)	(16,9)	59,5
Gerais e Administrativas	(1.052,0)	(17,4)	(839,2)	(15,1)	25,4
Resultado na venda de controladas	-	-	25,6	0,5	(100,0)
Outras receitas e despesas operacionais líquidas	9,6	0,2	(1,8)	(0,0)	(633,3)
Equivalência patrimonial	(2,0)	(0,0)	-	-	-
<b>Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos</b>	<b>1.245,0</b>	<b>20,5</b>	<b>1.694,5</b>	<b>30,5</b>	<b>(26,5)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>134,5</b>	<b>2,2</b>	<b>226,1</b>	<b>4,1</b>	<b>(40,5)</b>
Despesas Financeiras	(296,4)	(4,7)	(94,9)	(1,7)	212,3
Receitas Financeiras	430,9	6,9	321,0	5,8	34,2
<b>Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro</b>	<b>1.379,4</b>	<b>22,8</b>	<b>1.920,6</b>	<b>34,6</b>	<b>(28,2)</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>13,5</b>	<b>0,2</b>	<b>(38,3)</b>	<b>(0,7)</b>	<b>(135,1)</b>
Corrente	(122,4)	(2,0)	(97,0)	(1,7)	26,2
Diferido	135,9	2,2	58,7	1,1	131,4
<b>Lucro Consolidado do Período</b>	<b>1.392,9</b>	<b>23,0</b>	<b>1.882,3</b>	<b>33,9</b>	<b>(26,0)</b>

<sup>(1)</sup> Percentual do total da Receita líquida.

### **Receita líquida**

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	2018	AV <sup>1</sup> 2018 (%)	2017	AV <sup>1</sup> 2017 (%)	Variação 2018/17 (%)
<b>Receita Bruta</b>	<b>7.903,4</b>	<b>130,4</b>	<b>7.151,6</b>	<b>128,7</b>	<b>10,5</b>
Ensino Superior Presencial	5.610,0	92,6	5.545,8	99,8	1,2
Ensino Superior EAD	1.438,2	23,7	1.415,3	25,5	1,6
Educação Básica	855,2	14,1	190,4	3,4	349,2
<b>Deduções da Receita Bruta</b>	<b>(1.842,7)</b>	<b>(30,4)</b>	<b>(1.593,8)</b>	<b>(28,7)</b>	<b>15,6</b>
Ensino Superior Presencial	(1.349,3)	(22,3)	(1.238,9)	(22,3)	8,9
Ensino Superior EAD	(381,2)	(6,3)	(341,9)	(6,2)	11,5
Educação Básica	(112,2)	(1,9)	(13,0)	(0,2)	763,1
<b>Receita Líquida</b>	<b>6.060,7</b>	<b>100,0</b>	<b>5.557,7</b>	<b>100,0</b>	<b>9,0</b>
Ensino Superior Presencial	4.260,7	70,3	4.306,9	77,5	(1,1)
Ensino Superior EAD	1.057,0	17,4	1.073,4	19,3	(1,5)
Educação Básica	743,1	12,3	177,4	3,2	318,9

<sup>(1)</sup> *Percentual do total da Receita líquida.*

**Receita Bruta**

- Ensino Superior Presencial**

Nossa receita bruta do Ensino Superior Presencial em 31 de dezembro em 2018 foi de R\$5.610,0 milhões, um aumento de 1,2% ou R\$64,2 milhões comparado com 31 de dezembro de 2017, reforçando a resiliência diante de um ambiente econômico desafiador e evidenciando a força dos processos de captação e rematrícula, bem como o aumento do ticket médio, por sua vez impulsionado pelo enobrecimento no mix de cursos da Companhia, com maior participação de cursos de saúde e engenharias, além do impacto positivo da maior representatividade dos produtos de parcelamento privado, uma vez que estes alunos não são elegíveis a bolsas e descontos.

As deduções da receita bruta aumentaram 8,9%, ou R\$110,4 milhões, passando de R\$1.238,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$1.349,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, refletindo a maior receita bruta do período.

O Ensino Superior Presencial correspondeu a 70,3% de nossa receita líquida total em 31 de dezembro de 2018, ante 77,5% em 31 de dezembro de 2017, uma redução de 7,2 p.p.

- Ensino Superior EAD**

Nossa receita bruta do Ensino Superior EAD em 31 de dezembro em 2018 foi de R\$1.438,2 milhões, um aumento de 1,6% ou R\$22,9 milhões comparado com 31 de dezembro de 2017, mesmo considerando a maior penetração de alunos na modalidade 100% online, que possuem um ticket médio inferior comparado a outras modalidades de EAD. Este desempenho se deve aos robustos processos de captação e rematrícula ao longo do ano, bem como do crescimento no ticket médio, beneficiado pelo aumento da exposição da Companhia a cursos de EAD Premium.

As deduções da receita bruta aumentaram 11,5%, ou R\$39,3 milhões, passando de R\$341,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$381,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, resultado do aumento da base de alunos ProUni verificada após as captações do ano, que acabou por compensar a queda nos descontos totais.

O Ensino Superior EAD correspondeu a 17,4% de nossa receita líquida total em 31 de dezembro de 2018, ante 19,3% em 31 de dezembro de 2017, uma queda de 1,9 p.p.

- Educação Básica**

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A receita bruta da Educação Básica registrou aumento de 349,2%, ou R\$664,8 milhões, passando de R\$190,4 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R\$855,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, em função das aquisições de Somos e das escolas Leonardo da Vinci e Colégio Lato Sensu.

As deduções da receita bruta aumentaram R\$99,2 milhões, passando de R\$13,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R\$112,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, em função das aquisições de Somos e das escolas Leonardo da Vinci e Colégio Lato Sensu.

A Educação Básica correspondeu a 12,3% de nossa receita líquida total do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 9,1 p.p. frente ao período encerrado em 31 de dezembro de 2017.

### Receita Líquida

A receita líquida do ano foi de R\$ 6.060,7 milhões, um desempenho 9,1% superior ao verificado em 2017, refletindo o sólido desempenho que a Companhia tem conseguido entregar nesses últimos anos, mesmo com toda a pressão econômica vivenciada no período, além da incorporação dos resultados de Somos.

### Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos

- **Custo dos produtos vendidos**

Os custos dos produtos vendidos aumentaram R\$168,6 milhões, passando de R\$15,3 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R\$183,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, em função da incorporação dos resultados de Somos.

- **Custo dos serviços prestados**

Os custos totais dos serviços prestados tiveram uma pequena redução de 0,3%, ou R\$5,7 milhões, passando de R\$2.090,6 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R\$2.084,9 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação à receita líquida, apresentamos uma melhora de 3,3 p.p., com esse indicador passando de 37,7% em 2017 para 34,4% em 2018, demonstrando a resiliência da Companhia em manter elevados níveis de eficiência em todos nossos segmentos de atuação. No Presencial, temos a maturação do software de pesquisa operacional (PO) nas unidades do grupo, a melhor alocação do corpo docente e utilização da infraestrutura, além das negociações pertinentes ao strategic sourcing. Isso acabou por compensar todos os custos referentes aos projetos de crescimento da Companhia, que expandiu significativamente o número de novas unidades nos últimos meses, gerando custos adicionais tanto com professores quanto com aluguel e materiais, que são os principais gastos do segmento. No EAD, ressaltamos a otimização do processo de tutoria online que teve como objetivo melhorar o atendimento ao aluno, a qualidade das respostas e a produtividade da operação. Além disso, o aumento da base de alunos 100% online também impacta positivamente o custo com professores, uma vez que a sua estrutura de gastos é inferior à do modelo tele-presencial. Por fim, observa-se também um aumento de eficiência advinda dos ganhos de escala observados nos últimos anos. Estes efeitos foram parcialmente consumidos pelo aumento de custos oriundos das adquiridas no segmento de Educação Básica, incluindo Somos, Leonardo da Vinci e Colégio Lato Sensu.

### Lucro Bruto

O nosso lucro bruto aumentou 9,9%, ou R\$340,2 milhões, passando de R\$3.451,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$3.791,9 milhões em 31 de dezembro de 2018. As variações decorrem do aumento de receita e dos ganhos de sinergia e eficiência descritos acima.

### Despesas Operacionais

- **Vendas**



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As despesas com vendas, compostas de equipe comercial, propaganda e marketing, direitos autorais, royalties e provisão para créditos com liquidação duvidosa (PCLD), encerraram 31 de dezembro de 2018 em R\$1.502,6 milhões, frente aos R\$941,9 milhões registrados no período encerrado em 31 de dezembro de 2017. Em relação à receita líquida, as despesas com vendas registraram um aumento de 7,8 p.p., passando de 16,9% em 2017 para 24,8% em 2018, principalmente em função do crescimento da carteira de alunos com parcelamento estudantil privado, que possuem maior nível de provisionamento para créditos com liquidação duvidosa. Também impactou essa linha a antecipação das campanhas comerciais para o processo de captação do início de 2019, além da promoção da marca nas novas praças de atuação, tanto em relação às novas unidades do segmento presencial como os novos polos de EAD.

- **Gerais e Administrativas**

As despesas gerais e administrativas aumentaram 25,4%, ou R\$212,8 milhões, passando de R\$839,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R\$1.052,0 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação à receita líquida, as despesas gerais e administrativas representaram 17,4% em 2018, frente a 15,1% em 2017, um aumento de 2,3 p.p., refletindo o aumento das despesas oriundas de empresas adquiridas.

- **Resultado na venda de controladas**

Em 31 de dezembro de 2018, esta linha não obteve resultados, ante uma receita de R\$25,6 milhões em 31 de dezembro de 2017, sendo a variação reflexo da venda das empresas FAC/FAMAT/FAIR e NOVATEC.

### **Resultado Financeiro**

- **Receitas Financeiras**

As receitas financeiras tiveram um aumento de 34,2%, ou R\$109,9 milhões, passando de R\$321,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R\$430,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, devido ao aumento do nosso caixa e, consequentemente, da linha de juros sobre aplicações financeiras.

- **Despesas Financeiras**

As despesas financeiras aumentaram em 212,3%, ou R\$201,5 milhões, passando de R\$94,9 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R\$296,4 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento deve-se a emissões de debêntures vinculado a aquisições de empresa.

### **Lucro antes dos Tributos sobre o Lucro**

O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social apresentou uma redução de 28,2%, ou R\$541,2 milhões, passando de um lucro de R\$1.920,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 para um lucro de R\$1.379,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, resultado extremamente robusto, lembrando que em 2017 tivemos um impacto positivo na linha devido à venda da controlada FAIR e FAC/FAMAT. Em um cenário econômico ainda desafiador com pressões negativas tanto no faturamento quanto na PCLD, esse desempenho é a maior prova de que a Companhia tem conseguido gerar alavancas de eficiência cada vez mais sólidas, agregando valor aos seus acionistas e se diferenciando cada vez mais em relação à capacidade de geração de valor.

### **Imposto de Renda e Contribuição Social**

- **Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício**

O imposto de renda e contribuição social do período aumentaram em 26,2%, ou R\$25,4 milhões, passando de R\$97,0 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$122,4 milhões em 31 de dezembro de 2018.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

- Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido**

O imposto de renda e contribuição social diferido aumentaram em R\$77,2 milhões, passando de R\$58,7 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$135,9 milhões em 31 de dezembro de 2018.

**Lucro Consolidado do Período**

O lucro consolidado do período reduziu em 26,0%, ou R\$489,5 milhões, passando de um lucro de R\$1.882,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 para um lucro de R\$1.392,9 milhões em 31 de dezembro de 2018. As variações decorrem das explicações supracitadas.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

**A tabela abaixo apresenta os valores relativos os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018**

(em R\$ milhões, exceto %)	31/12/2019	AV 2019(%)	31/12/2018	AV 2018(%)	Variação 2019 x 2018(%)
Caixa e equivalente de caixa	371,7	1,1	1.485,6	4,6	(75,0)
Aplicações Financeiras	454,0	1,3	1.098,2	3,4	(58,7)
Contas a Receber	2.767,5	8,1	1.940,3	6,1	42,6
Estoques	407,1	1,2	387,5	1,2	5,1
Adiantamentos	77,1	0,2	69,2	0,2	11,3
Tributos a Recuperar	346,2	1,0	315,2	1,0	9,8
Contas a Receber na venda de controladas	139,2	0,4	132,9	0,4	4,7
Demais Contas a Receber	96,8	0,3	150,9	0,5	(35,9)
Partes relacionadas	-	-	0,3	0,0	(100,0)
<b>Total do Circulante</b>	<b>4.659,5</b>	<b>13,6</b>	<b>5.580,1</b>	<b>17,5</b>	<b>(16,5)</b>
Títulos e Valores Mobiliários	17,4	0,1	11,8	0	48,1
Contas a Receber	754,7	2,2	694,3	2,2	8,7
Tributos Diferidos	750,3	2,2	748,5	2,3	0,2
Depósitos Judiciais	95,7	0,3	102,7	0,3	(6,8)
Adiantamentos	1,7	-	1,7	0	0,1
Tributos a Recuperar	130,4	0,4	5,8	0	2.137,6
Garantia de contingências	1.130,0	3,3	933,2	2,9	21,1
Contas a receber na venda de controladas	250,5	0,7	361,6	1,1	N/A
Demais Contas Receber	97,1	0,3	58,1	0,2	67,1
Investimentos	8,2	-	-	-	-
Imobilizado	5.855,3	17,1	2.494,5	7,8	134,7
Intangível	20.522,2	59,9	20.956,9	65,6	(2,1)
<b>Total do Não Circulante</b>	<b>29.613,6</b>	<b>86,4</b>	<b>26.369,0</b>	<b>82,5</b>	<b>12,3</b>
<b>Total de Ativo</b>	<b>34.273,1</b>	<b>100</b>	<b>31.949,1</b>	<b>100</b>	<b>7,3</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	31/12/2019	AV 2019 (%)	31/12/2018	AV 2018(%)	Variação 2019 x 2018 (%)
Fornecedores	879,1	2,6	867,0	2,7	1,4
Empréstimos e Financiamentos	0,5	-	4,7	-	(88,6)
Debêntures	579,0	1,7	522,8	1,6	10,7
Arrendamento mercantil	147,8	0,4	-	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	465,0	1,4	508,3	1,6	(8,5)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	39,7	0,1	27,9	0,1	42,3
Tributos a pagar	101,8	0,3	75,7	0,2	34,5
Adiantamentos de Clientes	318,4	0,9	303,9	1,0	4,8
Impostos e Contribuições Parcelados	14,4	-	14,5	-	(0,9)
Contas a Pagar - Aquisições	118,0	0,3	132,4	0,4	(10,9)
Dividendos a pagar	0,0	-	27,2	0,1	(99,8)
Demais Contas a Pagar	67,5	0,2	81,2	0,3	(16,9)
<b>Total do Circulante</b>	<b>2.731,1</b>	<b>8,0</b>	<b>2.565,5</b>	<b>8,0</b>	<b>6,5</b>
Empréstimos e Financiamentos	0,2	-	50,4	0,2	(99,7)
Debêntures	7.504,9	21,9	7.105,7	22,2	5,6
Arrendamento mercantil	3.873,7	11,3	-	-	-
Provisões Tributárias, Trabalhistas e Cíveis	471,9	1,4	422,9	1,3	11,6
Passivos assumidos na combinação de negócios	2.631,5	7,7	3.213,0	10,1	-
Impostos e Contribuições Parceladas	17,8	0,1	27,3	0,1	(34,6)
Contas a Pagar – Aquisições	165,3	0,5	193,4	0,6	(14,5)
Tributos Diferidos	786,9	2,3	880,0	2,8	(10,6)
Demais Contas a Pagar	80,3	0,2	17,9	0,1	349,7
<b>Total do Não Circulante</b>	<b>15.532,6</b>	<b>45,3</b>	<b>11.910,6</b>	<b>37,3</b>	<b>30,4</b>
Capital Social Realizado	5.111,7	14,9	4.425,7	13,9	15,5
Reserva de Capital	6.401,8	18,7	6.379,7	20,0	0,3
Ações em Tesouraria	(121,4)	(0,4)	(190,3)	(0,6)	(36,2)
Reserva de lucro	4.614,5	13,5	5.287,5	16,5	(12,7)
Participação de não controladores	2,9	-	1.570,4	4,9	(99,8)
<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>	<b>16.009,4</b>	<b>46,7</b>	<b>17.473,1</b>	<b>54,7</b>	<b>(8,4)</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>34.273,1</b>	<b>100,0</b>	<b>31.949,1</b>	<b>100,0</b>	<b>7,3</b>

**Ativo Circulante**

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O ativo circulante em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$4.659,5 comparado a R\$5.580,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, redução de 16,5% devido aos valores de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras já captadas e ainda não utilizados na aquisição da Somos.

O ativo circulante representava 13,6% do total do ativo em 31 de dezembro de 2019 e 17,5% em 31 de dezembro de 2018.

### Ativo Não Circulante

O ativo não circulante em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$29.613,6 milhões comparado a R\$26.369,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, aumento de 12,3% devido, principalmente, à implantação dos saldos decorrente da adoção ao IFRS 16, valores estes alocados no ativo imobilizado.

O ativo não circulante representava 86,4% do total do ativo em 31 de dezembro de 2019 e 82,5% em 31 de dezembro de 2018.

### Passivo Circulante

O passivo circulante em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$2.731,1 milhões comparado a R\$2.565,5 milhões em 31 de dezembro de 2018, com aumento de 6,5%, decorrente principalmente da adoção ao IFRS 16, e também da emissão de novas debêntures emitidas em abril de 2019. Em contrapartida, ocorreram quitações relevantes nas debêntures já emitidas.

### Passivo Não Circulante

O passivo não circulante em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$15.532,6 milhões comparado a R\$11.910,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, aumento de 30,4%, substancialmente devido aos impactos advindos da adoção ao IFRS 16, além da nova emissão de debêntures realizada em abril de 2019. Em contrapartida, tivemos redução nos passivos assumidos na combinação de negócios, proveniente da revisão dos valores alocados na aquisição da Somos.

### Patrimônio Líquido Consolidado

O patrimônio líquido consolidado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$16.009,4 milhões comparado a R\$17.473,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, redução de 8,4% devido ao pagamento da Oferta Pública de Ações ("OPA") da Somos, realizado em maio de 2019, e o resultado obtido no exercício.

**A tabela abaixo apresenta os valores relativos os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017**

(em R\$ milhões, exceto %)	31/12/2018	AV 2018(%)	31/12/2017	AV 2017(%)	Variação 2018 x 2017(%)
Caixa e equivalente de caixa	1.485,6	4,6	921,3	5,1	61,2
Aplicações Financeiras	1.098,1	3,4	805,2	4,4	36,4
Contas a Receber	1.940,3	6,1	1.448,7	8,0	33,9
Estoques	387,5	1,2	11,5	0,1	3.257,9
Adiantamentos	69,2	0,2	48,1	0,3	43,9
Tributos a Recuperar	315,2	1,0	102,7	0,6	206,9
Demais Contas a Receber	150,9	0,4	64,7	0,4	133,3
Contas a receber pela venda de	132,8	0,5	134,0	0,7	(0,8)

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

(em R\$ milhões, exceto %)	31/12/2018	AV 2018(%)	31/12/2017	AV 2017(%)	Variação 2018 x 2017(%)
controladas					
Partes Relacionadas	0,3	0,0	-	0,0	n.a
<b>Total do Circulante</b>	<b>5.580,1</b>	<b>17,5</b>	<b>3.536,1</b>	<b>19,4%</b>	<b>57,8</b>
Títulos e Valores Mobiliários	11,8	0,0	6,7	0,0	75,0
Contas a Receber	694,3	2,2	447,8	2,5	55,0
Tributos Diferidos	748,5	2,3	241,9	1,3	209,5
Depósitos Judiciais	102,7	0,3	71,0	0,4	44,6
Adiantamentos	1,7	0,0	1,7	0	0,0
Tributos a Recuperar	5,8	0,0	5,3	0	10,0
Garantia de contingências	933,2	2,9	162,2	0,9	475,4
Contas a receber na venda de controladas	361,6	1,1	450,0	2,5	(19,7)
Demais Contas Receber	58,1	0,2	67,3	0,4	(13,6)
Imobilizado	2.494,5	7,8	1.931,5	10,6	29,1
Intangível	20.956,9	65,6	11.298,9	62,0	85,5
<b>Total do Não Circulante</b>	<b>26.369,0</b>	<b>82,5</b>	<b>14.684,3</b>	<b>80,6</b>	<b>79,6</b>
<b>Total de Ativo</b>	<b>31.949,1</b>	<b>100</b>	<b>18.220,4</b>	<b>100,0</b>	<b>75,3</b>

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	31/12/2018	AV 2018(%)	31/12/2017	AV 2017(%)	Variação 2018 x 2017(%)
Fornecedores	867,0	2,7	314,3	1,7	175,8
Empréstimos e Financiamentos	4,7	0,0	3,7	0,0	25,1
Debêntures	522,8	1,6	224,0	1,2	133,4
Obrigações sociais e trabalhistas	508,3	1,6	328,4	1,8	54,8
Imposto de renda e contribuição social a pagar	27,9	0,1	32,2	0,2	(13,4)
Tributos a pagar	75,7	0,2	61,8	0,3	22,5
Adiantamentos de Clientes	303,9	1,0	163,1	0,9	86,3
Impostos e Contribuições Parcelados	14,5	0,0	10,6	0,1	37,0
Contas a Pagar - Aquisições	132,4	0,4	107,9	0,6	22,7
Dividendos a pagar	27,2	0,1	92,8	0,5	(70,7)
Demais Contas a Pagar	81,2	0,3	6,7	0,0	1.116,0
<b>Total do Circulante</b>	<b>2.565,5</b>	<b>8,0</b>	<b>1.345,5</b>	<b>7,4</b>	<b>90,6</b>
Empréstimos e Financiamentos	50,4	0,2	33,6	0,2	50,1
Debêntures	7.105,7	22,2	42,5	0,2	16.619,2
Provisões Tributárias, Trabalhistas e Cíveis	422,9	1,3	590,2	3,2	(28,3)
Passivos assumidos na combinação de negócios	3.213,0	10,1	0,0	0,0	n.a.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	31/12/2018	AV 2018(%)	31/12/2017	AV 2017(%)	Variação 2018 x 2017(%)
Impostos e Contribuições Parceladas	27,3	0,1	37,8	0,2	(27,8)
Contas a Pagar – Aquisições	193,4	0,6	14,9	0,1	1.199,5
Tributos Diferidos	880,0	2,8	922,7	5,1	(4,6)
Demais Contas a Pagar	17,9	0,1	25,4	0,1	(29,8)
<b>Total do Não Circulante</b>	<b>11.910,6</b>	<b>37,4</b>	<b>1.667,2</b>	<b>9,2</b>	<b>614,4</b>
Capital Social Realizado	4.425,7	13,9	4.363,8	24,0	1,4
Reserva de Capital	6.379,7	20,0	6.339,7	34,8	0,6
Ações em Tesouraria	(190,3)	(0,6)	(2,5)	-	7.493,0
Reserva de lucro	5.287,5	16,5	4.506,7	24,7	17,3
Participação de não controladores	1.570,4	4,8	-	-	n.a.
<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>	<b>17.473,0</b>	<b>54,7</b>	<b>15.207,7</b>	<b>83,5</b>	<b>14,9</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>31.949,1</b>	<b>100,0</b>	<b>18.220,4</b>	<b>100,0</b>	<b>75,3</b>

**Ativo Circulante**

O ativo circulante aumentou 57,8%, ou R\$2.043,9 milhões, passando de R\$3.536,1 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$5.580,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, decorrente principalmente do acréscimo da linha de aplicações financeiras, devido a captações realizadas e ainda não utilizadas, contas a receber e estoques decorrente de aquisição de controladas. O ativo circulante representava 17,5% do total do ativo em 31 de dezembro de 2018 e 18,9% em 31 de dezembro de 2017.

**Ativo Não Circulante**

O ativo não circulante passou de R\$14.684,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$26.369,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, aumento de 79,6%.

O ativo não circulante representava 82,5% do total do ativo em 31 de dezembro de 2018 e 80,6% em 31 de dezembro de 2017.

**Passivo Circulante**

O passivo circulante aumentou 90,6%, ou R\$1.219,7 milhões, passando de R\$1.345,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$2.565,5 milhões em 31 de dezembro de 2018. O passivo circulante representava 8% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018, ante 7,2% em 31 de dezembro de 2017. O aumento ocorreu principalmente devido ao aprimoramento da política da Companhia em relação ao prazo médio de fornecedores, aumento no contas a pagar de aquisições devido a compra de controladas em dezembro de 2018, aumento do contas a receber em função da maior exposição da Companhia aos produtos de parcelamento próprios e aumento na linha de debêntures devido a emissões para aquisição de controladas.

**Passivo Não Circulante**

O passivo não circulante aumentou 614,4%, ou R\$ 10.243,4 milhões, passando de R\$ 1.667,2 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$11.910,6 milhões em 31 de dezembro de 2018. O passivo não circulante representava 37,4% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

dezembro de 2018, comparado a 9,2% em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento ocorreu principalmente pela emissão de debêntures vinculadas a aquisição, passivos assumidos na combinação de negócios e contas a pagar de aquisições de controladas.

### Patrimônio Líquido Consolidado

O patrimônio líquido consolidado aumentou 14,9%, ou R\$2.265,4 milhões, passando de R\$15.207,7 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$17.473,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, principalmente devido ao resultado da Companhia em 2018 e aumento de capital. Adicionalmente, reconhecemos o valor justo dos acionistas não controladores advindos da aquisição da Somos. O patrimônio líquido representava 54,7% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018, em relação aos 83,5% registrados em 31 de dezembro de 2017.

### FLUXO DE CAIXA

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações do fluxo de caixa nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

(em R\$ milhões)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		Variação 9M 2019 x 2018 (%)
	2019	2018	
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>363,4</b>	<b>1.379,4</b>	<b>(73,7)</b>
<b>Ajustes para conciliação ao resultado:</b>			
Depreciação e amortização	551,0	373,8	47,4
Depreciação IFRS-16	258,5	-	-
Amortização mais valia ágio alocado	352,2	103,0	242,0
Amortização do custo editorial	110,0	48,8	125,5
Amortização mais valia de estoques	36,0	26,7	35,1
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	729,8	672,5	8,5
Provisão (reversão) para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	(214,7)	(68,9)	211,8
Provisão (reversão) para perdas dos estoques	(41,6)	28,9	(243,7)
Encargos financeiros de empréstimos e debêntures	556,5	214,7	159,2
Encargos financeiros de aquisições	21,5	1,8	1.076,1
Encargos financeiros arrendamento mercantil	394,6	-	-
Encargos financeiros das provisões tributárias e trabalhistas	97,4	-	-
Outorga de opções de ações	19,7	27,1	(21,5)
Resultado na venda ou baixa de ativos e outros investimentos	53,5	32,2	66,0
Rendimento de Títulos e Valores Mobiliários	(73,8)	-	-
Equivalência patrimonial	(0,2)	2,0	(107,7)
<b>Variações nos ativos e passivos operacionais:</b>			
(Aumento) redução em contas a receber	(1.433,9)	(1.096,9)	30,7
(Aumento) redução nos estoques	(131,7)	(96,9)	35,9
(Aumento) redução em adiantamentos	(14,3)	(2,4)	499,3
(Aumento) redução em tributos a recuperar	(78,6)	81,5	(196,5)
(Aumento) redução em depósitos judiciais	7,1	(300,8)	(102,4)
(Aumento) redução em partes relacionadas	1,3	11,5	(88,6)
(Aumento) redução em outros créditos	4,5	(79,2)	(105,7)
(Redução) aumento em fornecedores	96,7	122,9	(21,4)
(Redução) aumento em fornecedores Risco sacado	(50,3)	(1,7)	2.813,6
Pagamento de arrendamento financeiros	-	-	-
(Redução) aumento em obrigações trabalhistas	(43,3)	(93,2)	(53,5)
(Redução) aumento em tributos a pagar	(8,0)	(81,2)	(90,1)
(Redução) aumento em adiantamento de clientes	14,6	(20,9)	(169,5)
(Redução) aumento em impostos e contribuições parcelados	(10,6)	(11,7)	(9,2)
Pagamento de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	(176,2)	(138,9)	26,8
(Redução) aumento nas demais contas a pagar	42,4	101,1	(58,1)
<b>Caixa (aplicado nas) gerado pelas operações</b>	<b>1.433,3</b>	<b>1.235,2</b>	<b>16,2</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(76,6)	(80,9)	(5,2)
Juros de arrendamento por direito de uso pagos	(381,2)	-	-
Juros de empréstimos e debêntures pagos	(556,3)	(24,9)	2.131,9
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>419,2</b>	<b>1.129,4</b>	<b>(62,7)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Resgate de títulos e valores mobiliários	712,4	(286,9)	(348,3)
Adições ao imobilizado	(383,4)	(560,7)	(31,6)
Adições ao intangível	(294,2)	(386,9)	(24,0)
Contas a pagar por aquisições	-	-	-

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Aquisição de Controladas	(120,0)	(3.576,8)	(96,6)
Caixa adquirido em combinação de negócio	1,9	-	-
Aumento de Capital Controladas	-	-	-
Contas a receber de ex-proprietários	104,7	21,6	385,2
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento</b>	<b>21,4</b>	<b>(4.789,7)</b>	<b>(100,4)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Aumento de Capital	-	11,9	(100,0)
Alienações (aquisições) de ações em tesouraria	39,5	(187,8)	(121,1)
Aquisição participação de não controladores	(1.714,6)	-	-
Emissão Debêntures	797,7	5.263,3	(84,8)
Pagamento de arrendamento por direito de uso	(137,8)	-	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos e debêntures	(343,0)	(224,0)	53,1
Pagamento de dividendos aos acionistas	(196,4)	(638,9)	(69,3)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(1.554,5)</b>	<b>4.224,5</b>	<b>(136,8)</b>
<b>(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDA(O) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(1.113,9)</b>	<b>564,3</b>	<b>297,4</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.485,6	921,3	61,2
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	371,7	1.485,6	(75,0)
<b>(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDA(O) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(1.113,9)</b>	<b>564,3</b>	<b>297,4</b>

***Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades Operacionais***

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais apresentou redução de R\$710,2 milhões, passando de um caixa gerado pelas operações de R\$ 1.129,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 para um caixa gerado nas operações de R\$419,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, em decorrência de: (i) aumento do pagamento de juros em decorrência das novas debêntures emitidas para aquisição da Somos, (ii) aumento no contas a receber de clientes, e (iii) pagamento de juros dos arrendamentos por direito de uso advindos do IFRS 16.

***Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Investimento***

O caixa líquido gerado pelas atividades de investimento apresentou aumento de R\$4.811,1 milhões, passando de um caixa aplicado de R\$4.789,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 para um caixa gerado de R\$21,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, substancialmente em decorrência das movimentações ocorridas nos títulos e valores mobiliários, que foram resgatados e utilizados para liquidação das parcelas para aquisição da Somos.

***Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Financiamento***

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento apresentou redução de R\$5.779,0 milhões, passando de um caixa gerado de R\$4.224,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 para um caixa aplicado de R\$1.554,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, em decorrência das novas captações de debêntures, ocorridas entre agosto/2018 e abril/2019, além da aquisição da participação de acionistas minoritários, no âmbito da operação de compra da Somos.

***Redução do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa***

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, a aplicação de caixa e equivalente de caixa foi de R\$ 1.113,9 milhões, ante uma geração de caixa e equivalente de caixa de R\$564,3 milhões em 31 de dezembro de 2018.

**A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações do fluxo de caixa nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017.**

(em R\$ milhões)	Exercício social encerrado em 31 de	Variação 2018/2017
------------------	-------------------------------------	--------------------



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

	dezembro de		(%)
	2018	2017	
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>1.379,4</b>	<b>1.920,6</b>	<b>(28,2)</b>
<b>Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social:</b>			
Depreciação e amortização	476,8	416,7	14,4
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	672,5	583,2	15,3
Provisão (Reversão) para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	(68,9)	(74,4)	(7,5)
Provisão para perdas dos estoques	28,9	0,6	5.096,8
Encargos financeiros de empréstimos e debêntures	214,7	61,2	250,6
Encargos financeiros de aquisições	1,8	8,5	(78,4)
Outorga de opções de ações	27,1	42,7	(36,5)
Resultado na venda ou baixa de ativos e outros investimentos	32,2	2,9	995,6
Resultado na venda da Uniasselvi	-	(25,6)	(100,0)
<b>Variações nos ativos e passivos operacionais:</b>			
Aumento em contas a receber	(1.096,9)	(839,0)	30,7
(Aumento) redução nos estoques	(21,5)	20,0	(207,2)
(Aumento) redução em adiantamentos	(2,4)	19,5	(112,2)
(Aumento) redução em tributos a recuperar	81,5	54,0	50,8
(Aumento) redução em depósitos judiciais	(300,8)	(25,4)	1.084,0
Redução em partes relacionadas	11,5	-	100,0
(Aumento) redução em outros créditos	(79,2)	(45,8)	73,0
(Redução) aumento em fornecedores	122,9	88,9	38,2
Aumento em fornecedores Risco sacado	(1,7)	-	n.a.
Redução em salários e encargos sociais	(93,2)	(22,5)	315,1
Redução em tributos a pagar	(81,2)	(101,5)	(20,0)
(Redução) aumento em adiantamento de clientes	(20,9)	31,4	(166,7)
Redução em impostos e contribuições parcelados	(11,7)	(4,0)	192,4
Pagamento de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	(138,9)	(100,1)	38,9
Redução nas demais contas a pagar	101,1	(25,0)	(504,5)
<b>Caixa (aplicado nas) gerado pelas operações</b>	<b>1.233,1</b>	<b>1.987,1</b>	<b>(37,9)</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(80,9)	(73,5)	10,1
Juros de empréstimos e debêntures pagos	(24,9)	(87,2)	(71,4)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>1.127,3</b>	<b>1.826,4</b>	<b>(38,3)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Resgate de títulos e valores mobiliários	(286,9)	(402,6)	(28,7)
Adições de imobilizado	(560,7)	(387,2)	44,8
Adições de intangível	(386,9)	(210,1)	84,1
Aquisição de Controladas líquido de caixa	(3.576,8)	(55,5)	6.347,9
Caixa entregue na venda da Controladas	-	(0,2)	(100,0)
Contas a receber de ex-proprietários	21,6	(12,2)	(277,0)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento</b>	<b>(4.789,7)</b>	<b>(1.067,8)</b>	<b>348,6</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Aumento de Capital (i)	11,9	113,9	(89,6)
Alienações (aquisições) de ações em tesouraria	(187,8)	14,9	(1.357,2)
Emissão de debêntures	5.263,3	-	0,0
Pagamento de empréstimos e financiamentos e debêntures	(224,0)	(214,1)	4,6
Pagamento de dividendos aos acionistas	(638,9)	(692,4)	(7,7)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>4.224,5</b>	<b>(777,7)</b>	<b>(643,2)</b>
<b>(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDA(O) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>564,3</b>	<b>(19,0)</b>	<b>(3.063,8)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	921,3	940,4	(2,0)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.485,6	921,3	61,3
<b>(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDA(O) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>564,3</b>	<b>(19,0)</b>	<b>(3.063,8)</b>

***Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades Operacionais***

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais apresentou redução de R\$ 699,1 milhões, passando de R\$1.826,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$1.127,4 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação é consequência principalmente do aumento da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, aumento do contas a receber e aumento nos estoques, parcialmente compensado pela redução do depósito judiciais.

***Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Investimento***

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento apresentou variação de R\$3.721,9 milhões, passando de R\$1.067,8 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$4.789,7 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esse efeito ocorreu principalmente pelo pagamento de aquisições da controladas no montante de R\$ 3.576,8 milhões em 2018, sendo que em 2017 esta linha totalizou R\$ 55,5 milhões.

***Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Financiamento***

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento apresentou variação de R\$5.002,2 milhões, passando de um caixa gerado R\$777,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 para um caixa aplicado de R\$4.224,5 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação ocorreu principalmente devido aos seguintes fatores: (i) emissão de debêntures vinculado a aquisição de controladas variando R\$ 5,263,3 milhões; (ii) aumento das alienações de ações em tesouraria R\$ 187,8 milhões; e (iii) aumento de capital R\$ 11,9 milhões.

***Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa***

Em 31 de dezembro de 2018 a geração de caixa e equivalente de caixa foi de R\$ 564,3 milhões, ante um consumo de R\$19,0 milhões em 31 de dezembro de 2017.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### 10.2 - Resultado operacional e financeiro

As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho. Os valores constantes nesta seção 10.2 foram extraídos das nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

#### (a) Resultados das operações do emissor, em especial:

As receitas das atividades no Ensino Superior provêm da prestação de serviços de educação aos alunos matriculados, na modalidade presencial e a distância, em cursos de graduação (bacharelado e tecnólogo), pós-graduação, cursos técnicos, cursos de extensão, cursos de idiomas, cursos livres, cursos preparatórios e outras, como: taxas de vestibular, emissão de diploma, aluguel de espaço e outras taxas.

No segmento de Educação Básica, ampliamos nossa atuação de forma relevante através da incorporação da Somos em outubro de 2018, passando a ofertar um portfólio de soluções educacionais integrado, que conta com produtos e serviços de qualidade diferenciada em todos os segmentos da Educação Básica, com o segmento inicialmente estruturado em duas grandes Unidades de Negócios:

1. Plataforma Integrada de Serviços K-12 & PNLD/Contratos Oficiais: engloba todos os produtos e serviços oferecidos para escolas parceiras, como: conteúdo físico e digital, assessoria pedagógica, avaliação, treinamento de professores, conteúdo de educação complementar (contra-turno), tecnologia educacional, soluções de e-commerce, entre outros serviços. Neste segmento também estão considerados os serviços prestados relativos ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e demais contratos firmados com órgãos oficiais; e
2. Gestão de Escolas: compreende o desempenho das escolas de Educação Básica próprias, bem como dos contratos de gestão de escolas de terceiros (nos quais grandes empresas/organizações nos contratam para gerir suas unidades escolares), além de todas as operações do Red Balloon (escolas próprias, franquias e in-schools). A operação da Red Balloon está consolidada na Unidade Gestão de Escolas, pois a maioria dos seus alunos estuda em unidades autônomas..

Maiores detalhes sobre estas operações são apresentados no item 7.1 deste formulário.

A tabela a seguir demonstra a composição da nossa receita bruta, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de				
	2019	AV <sup>(1)</sup> 2019 (%)	2018	AV <sup>(1)</sup> 2018 (%)	Variação 2019 x 2018 (%)
<b>Receita Bruta</b>	<b>8.791,8</b>	<b>125,1</b>	<b>7.903,4</b>	<b>130,4</b>	<b>11,2</b>
Ensino Superior Presencial	4.801,1	68,3	5.610,0	92,6	-14,4
Ensino Superior EAD	1.623,8	23,1	1.438,2	23,7	12,9
Educação Básica	2.366,9	33,7	855,3	14,1	176,7
<b>Deduções da Receita Bruta</b>	<b>(1.764,6)</b>	<b>(25,1)</b>	<b>(1.842,7)</b>	<b>(30,4)</b>	<b>(4,2)</b>
Ensino Superior Presencial	(1.043,6)	(14,9)	(1.349,3)	(22,3)	(22,7)
Ensino Superior EAD	(402,1)	(5,7)	(381,2)	(6,3)	5,5
Educação Básica	(319,0)	(4,5)	(112,2)	(1,9)	184,2
<b>Receita Líquida</b>	<b>7.027,2</b>	<b>100</b>	<b>6.060,7</b>	<b>100</b>	<b>15,9</b>
Ensino Superior Presencial	3.757,6	53,5	4.260,7	70,3	(11,8)
Ensino Superior EAD	1.221,7	17,4	1.057,0	17,4	15,6
Educação Básica	2.047,9	29,1	743,1	12,3	175,6

<sup>1</sup> Percentual sobre o total da receita líquida

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de				
	2018	AV <sup>(1)</sup> 2018 (%)	2017	AV <sup>(1)</sup> 2017 (%)	Variação 2018/17 (%)
<b>Receita Bruta</b>	<b>7.903,4</b>	<b>130,4</b>	<b>7.151,6</b>	<b>128,7</b>	<b>10,5</b>
Ensino Superior Presencial	5.610,0	92,6	5.545,8	99,8	1,2
Ensino Superior EAD	1.438,2	23,7	1.415,3	25,5	1,6
Educação Básica	855,3	14,1	190,4	3,4	349,2
<b>Deduções da Receita Bruta</b>	<b>(1.842,7)</b>	<b>(30,4)</b>	<b>(1.593,8)</b>	<b>(28,7)</b>	<b>15,6</b>
Ensino Superior Presencial	(1.349,3)	(22,3)	(1.238,9)	(22,3)	8,9
Ensino Superior EAD	(381,2)	(6,3)	(341,9)	(6,2)	11,5
Educação Básica	(112,2)	(1,9)	(13,0)	(0,2)	761,2
<b>Receita Líquida</b>	<b>6.060,7</b>	<b>100,0</b>	<b>5.557,7</b>	<b>100,0</b>	<b>9,0</b>
Ensino Superior Presencial	4.260,7	70,3	4.306,9	77,5	(1,1)
Ensino Superior EAD	1.057,0	17,4	1.073,4	19,3	(1,5)
Educação Básica	743,1	12,3	177,4	3,2	318,9

<sup>1</sup> Percentual sobre o total da receita líquida

<sup>1</sup> Percentual sobre o total da receita líquida

**ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

Os nossos Diretores entendem que os resultados de nossas operações foram impactados por diversos fatores para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019. Dentre estes, podemos destacar para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2019: (i) redução da base de alunos verificada no período, principalmente nas Unidades Próprias, em razão do maior volume de evasão registrado ao longo de 2019, além do impacto das formaturas oriundas das grandes safras de captação de 2014 e 2015, juntamente com a mudança no perfil da base, tendo em vista a redução no número de alunos FIES, que tradicionalmente, apresentavam menor evasão e ticket médio maior; (ii) custos e despesas advindos da aquisição da Somos, adquirida em outubro/2018; e (iii) aumento nas despesas financeiras decorrentes de novas captações de debêntures durante o período de agosto de 2018 a abril de 2019. Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2018, podemos destacar: (i) a venda das unidades FAIR e FAC/FAMAT em agosto de 2017; (ii) a venda da NOVATEC em dezembro de 2017; (iii) os efeitos decorrentes da Portaria Normativa 23 (PN23), anunciada em dezembro de 2014, a qual determinou o repasse, em 2015, pelo agente operador, de até 08 parcelas do FIES para instituições de ensino com mais de 20.000 alunos inscritos no financiamento, ao invés das 12 parcelas usuais; (iv) o acordo judicial celebrado entre a ABRAES - Associação Brasileira para o Desenvolvimento Do Ensino Superior, a União Federal, a SESU - Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e o FNDE - Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, onde o Governo se compromete a pagar os créditos do FIES não quitados pelo FNDE durante o ano de 2015 nos exercícios de 2016, 2017 e 2018, sendo 25% do saldo em 2016 (já quitado), 25% em 2017 (já quitado) e 50% em 2018 (já quitado); e (v) aquisição da Somos Educação S.A. em outubro de 2018.

**VENDA NOVATEC**

Visando dar cumprimento ao termo de compromisso de desempenho com o CADE celebrado em 2013, no contexto da aprovação do Ato de Concentração referente às aquisições do Grupo Anchieta e do Grupo Uniban pelo Grupo Anhanguera, foi concluída, em 29 de dezembro de 2017, a venda ao IBREPE – Instituto Brasileiro de Estudo e Pesquisas Educacionais da totalidade da participação societária detida pela Companhia na sociedade Novatec Educacional Ltda. (“NOVATEC”). A seguir apresentamos quadro de Resultado Líquido da venda da FAIR, FAC/FAMAT e NOVATEC:

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

	<u>FAIR e FAC/FAMAT</u>	<u>NOVATEC</u>	<u>TOTAL</u>
Receita na venda de investimento	48.941	3.171	52.112
Ajuste a valor presente	(7.156)	-	(7.156)
Saldo de ativos líquidos baixados (inclui ágio)	(18.885)	(511)	(19.396)
Resultado da venda	22.900	2.660	25.560
IR/CS sobre ágio alocado existente	1.404	-	1.404
Subtotal	<u>24.304</u>	<u>2.660</u>	<u>26.964</u>
IR/CS sobre a venda	(7.786)	(904)	(8.690)
Resultado líquido	<u>16.518</u>	<u>1.756</u>	<u>18.274</u>

**PORTARIA NORMATIVA 23**

A Portaria Normativa 23 (PN23), anunciada em dezembro de 2014, determinou o repasse, em 2015, pelo agente operador, de até 08 parcelas do FIES para instituições de ensino com mais de 20.000 alunos inscritos no financiamento, ao invés das 12 parcelas usuais. Subsequentemente, a Associação Brasileira para o Desenvolvimento Do Ensino Superior (ABRAES), a União Federal, a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESU) e o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), celebraram acordo judicial no qual as Instituições de Ensino Superior associadas da ABRAES receberão os créditos do FIES não quitados pelo FNDE durante o ano de 2015 nos exercícios de 2016, 2017 e 2018, sendo 25% do saldo em 2016 (já quitado), 25% em 2017 (já quitado) e 50% em 2018 (já quitado). A quitação ocorreu até os repasses de junho de cada ano e as parcelas foram corrigidas pela variação do IPCA desde a data de seu respectivo vencimento no ano de 2015 até o efetivo pagamento.

**AQUISIÇÃO SOMOS EDUCAÇÃO S.A.**

Em 23 de abril de 2018, foi celebrado Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para compra de participação societária representando o controle da Somos Educação S.A. ("Somos").

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") aprovou a operação no dia 19 de setembro de 2018 e a Companhia concluiu a Operação em 11 de outubro de 2018, tendo por vendedores determinados fundos de investimentos geridos pela Tarpon Gestora de Recursos S.A. ("Vendedores").

Dessa forma a Companhia, através de sua controlada Saber, adquiriu dos Vendedores 192.275.458 ações ordinárias de emissão da Somos, que representam aproximadamente 73,35% do capital social total e votante da Somos, ao preço de R\$ 23,75 por ação, totalizando R\$ 4.566.542 ("Preço"). Por conta de ajustes acordados entre as partes, o montante correspondente a R\$ 7.702 foi reduzido da parcela à vista do Preço ("Valor do Ajuste") e alocado à parcela retida do Preço, sendo subsequentemente deduzido, de forma definitiva, da parcela retida do Preço, de forma que, na data da aquisição, foram pagos R\$ 4.116.542, e R\$450.000 serão pagos mediante depósito nas contas vinculadas em nome dos Vendedores.

Em 22 de março de 2019, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) deferiu o pedido de registro de oferta pública obrigatória para a aquisição das ações remanescentes de emissão da Somos cumulados com pedido de cancelamento de registro de companhia aberta da Somos perante a CVM ("OPA") e consequente saída da SOMOS do Novo Mercado, com leilão realizado no dia 7 de maio de 2019, durante o qual a Saber adquiriu 69.423.445 ações ordinárias de emissão da Somos, equivalentes a 26,48% de seu capital social, ao preço de R\$24,55 por ação, sendo R\$22,13 referente à parcela à vista (R\$21,37 atualizado pela taxa SELIC desde 11 de outubro de 2018 até a data de liquidação) e R\$2,42 referente à parcela retida (R\$2,34 atualizado pela taxa SELIC desde 11 de outubro de 2018 a liquidação financeira da OPA, 10 de maio de 2019) ("Preço da Oferta").

Após a liquidação, portanto, a Saber passou a ser titular, direta e indiretamente, de 261.698.903

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

ações ordinárias de emissão da Somos, o que representa aproximadamente 99,84% do seu capital social.

Dado que a partir de 10 de maio de 2019, estavam em circulação menos de 5% das ações ordinárias de emissão da Somos, foi convocada assembleia geral extraordinária da Somos para deliberar sobre o resgate compulsório das ações remanescentes que não tenham sido adquiridas pela Saber no leilão ou após este, nos termos do artigo 4.º, §5.º, da Lei n.º 6.404, de 19 de dezembro de 1976; do artigo 20, inciso III, da Instrução CVM 361; e do item 7.1.1 do edital da OPA. Dessa forma, em 22 de maio de 2019, o registro da Somos como companhia aberta foi cancelado.

Durante o último trimestre de 2019, e ainda dentro do prazo de um ano permitido pela lei, a administração concluiu o processo de alocação do excesso do preço de aquisição sobre o valor justo dos ativos e passivos e, conforme IFRS 3 / CPC 15 (R1), revisou as alocações preliminares, conforme apresentado a seguir:

	<b>Alocação Preliminar 30/06/19</b>	<b>Revisão final</b>	<b>Alocação Final</b>
Ativos líquidos	(408.875)	177.229	(231.646)
Preço de aquisição	4.566.542	1.714.783	6.281.325
	<b>4.157.667</b>	<b>1.892.012</b>	<b>6.049.679</b>
Passivos assumidos	2.600.630	(330.324)	2.270.306
Parcela retida do preço de aquisição	(450.000)	(168.921)	(618.921)
Parcela de acionistas não controladores	1.575.195	(1.575.195)	-
<b>Excesso do preço de aquisição sobre o valor justo classificado como ágio</b>	<b>7.883.492</b>	<b>(182.428)</b>	<b>7.701.064</b>
<b>Destinação do ágio</b>			
Goodwill	5.899.506	(186.747)	5.712.759
Marca	1.668.665	(247.873)	1.420.792
Carteira de clientes	105.552	64.598	170.150
Carteira de clientes - não contratual	1.234.504	193.848	1.428.352
Estoque mais valia	63.369	2.630	65.999
Imobilizado mais valia	8.884	(8.884)	-
<b>Baixa de ativos intangíveis da adquirida</b>			
Goodwill	(879.569)	-	(879.569)
Marca	(372.562)	-	(372.562)
Carteira de clientes	(239.597)	-	(239.597)
IR/CS diferidos sobre intangíveis	394.740	-	394.740
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>7.883.492</b>	<b>(182.428)</b>	<b>7.701.064</b>

### (b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os nossos Diretores afirmam que, historicamente, temos sido capazes de repassar os efeitos positivos e negativos dos eventos macroeconômicos aos nossos alunos e clientes. As principais variações nas nossas receitas são afetadas principalmente pela inflação, cujo impacto influencia:

- nas mensalidades e demais taxas relativas aos seus negócios de Ensino Superior e Educação Básica. Adicionalmente, o percentual médio de aumento nas mensalidades e demais taxas referentes a serviços prestados aos alunos é historicamente alinhado aos principais índices de inflação do setor. Cabe ressaltar que reajustamos os preços das mensalidades e demais taxas em linha com a inflação esperada para o setor e seguindo a Lei das Mensalidades Escolares; e
- nos valores cobrados das Escolas Associadas no negócio de Educação Básica, o percentual médio de aumento é historicamente indexado à variação do INPC.

No entanto, os nossos Diretores ressaltam outros efeitos relevantes, como a manutenção no volume, cuja influência recai principalmente no crescimento:

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- orgânico: o aumento de volume advém do (i) aumento no número de unidades e cursos por nós ofertados, bem como as alternativas oferecidas no âmbito da redução do programa FIES, tais como o PEP e o PMT; e (ii) maior número de contratos com Escolas Associadas em nossa Plataforma Integrada de Serviços K-12, no segmento de Educação Básica. Ambos contribuíram positivamente para o crescimento da nossa receita nos últimos exercícios sociais;
- inorgânico: advindo de aquisições. Em 2018, destacamos a aquisição da Somos, que resultou em aumento relevante em nossa atuação em diversos segmentos de Educação Básica.

Além disso, oferecemos novos produtos e serviços nas áreas em que nós atuamos, como:

- no Ensino Superior: renovamos constantemente nosso portfólio de cursos de graduação e pós-graduação, atendendo às necessidades locais do mercado de trabalho, por meio das nossas unidades de Ensino Superior, além de oferecer cursos de Ensino Superior a Distância através de nossa extensa rede de polos próprios ou de terceiros. Ademais, em algumas dessas unidades, introduzimos serviços complementares como cursos de idiomas, cursos técnicos, entre outros; e
- na Educação Básica: o destaque é nosso novo posicionamento, com a criação de um conceito de plataforma de soluções de Educação Básica permeada pelo uso de tecnologia – “one stop partner powered by technology” – um posicionamento único no mercado. A amplitude do portfólio de sistemas de ensino e livros didáticos, em conjunto com as tecnologias de aprendizagem adaptativa e avaliação padronizada, entre outras, permite que cada escola brasileira possa escolher a solução que melhor se adequa ao seu projeto pedagógico e acompanhar diariamente os aprendizados de seus alunos. Nosso portfólio contempla também uma oferta integrada de soluções de contraturno, como Inglês e competências socioemocionais, entre outros, que oferece mais conveniência para as famílias, além de fortalecer a atuação da Escola Parceira como o grande hub de educação integral. Tudo sempre acompanhado de soluções tecnológicas que criam um ambiente perfeito para o acompanhamento da evolução de cada estudante e a contínua inovação.

### (c) impacto da inflação, variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia quando relevante

Os nossos Diretores informam que a nossa situação financeira e o resultado das nossas operações são impactados por fatores diversos, como: (i) inflação; (ii) preços dos insumos necessários para a produção de livros didáticos; (iii) desenvolvimento macroeconômico brasileiro; e (iv) o nível de renda da população.

	2019	2018	2017
Crescimento do PIB (em %) <sup>(1)</sup>	1,1	1,3	1,3
Inflação (IGP-M) (em %) <sup>(2)</sup>	7,3	7,5	-0,5
Inflação (IPCA) (em %) <sup>(3)</sup>	4,3	3,7	2,9
CDI (em %) <sup>(4)</sup>	6,0	6,5	10,1
TJLP (em %) <sup>(5)</sup>	6,2	6,7	7,1
Taxa SELIC (em %)	4,4	6,5	7,1
Valorização (desvalorização) do real perante o dólar (em %)	-4,0	-17,1	-1,5
Taxa de câmbio (fechamento) – R\$ por US\$ 1,00	4,0	3,9	3,3

**Fontes: BNDES, Banco Central, FGV, IBGE e Economática**

<sup>(1)</sup> Fonte: Banco Central

<sup>(2)</sup> Acumulado nos períodos de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017. A inflação (IGP-M) é um Índice Geral de Preços – Mercado, medido pela FGV.

<sup>(3)</sup> Acumulado nos períodos de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017. A inflação (IPCA) é um Índice de Preços ao Consumidor - Amplo, medido pela IBGE.

<sup>(4)</sup> Acumulado nos períodos de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, e anualizado. O certificado de depósito interbancário, ou CDI, é a taxa média dos depósitos interbancários no Brasil (ao fim de cada período e ano).

<sup>(5)</sup> Taxa de juros de longo prazo exigida pelo BNDES para financiamentos de longo prazo (dados do fim dos períodos).

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### • ***Inflação e Preço de Insumos***

Os nossos Diretores entendem que o nosso principal fator de impacto é a inflação, já que influencia diretamente nossos custos e despesas operacionais, ambos normalmente corrigidos por índices que refletem as oscilações inflacionárias, geralmente indexados ao IGP-M ou IPCA. Historicamente, reajustamos os preços das mensalidades e demais taxas em linha com a inflação esperada para o setor e seguindo a Lei das Mensalidades Escolares (Lei nº 9.870/99).

Da mesma forma, os preços dos nossos insumos sofrem efeitos da inflação. Na Educação Básica, tivemos o impacto da variação de preços dos insumos que são necessários para a produção de livros didáticos, no qual foi compensada com o reajuste realizado no valor cobrado das nossas escolas associadas.

Mitigamos também o impacto da inflação através de outras medidas, como o enobrecimento no *mix* de cursos no Ensino Superior, que possuem *tickets* médios maiores, incluindo cursos de Saúde e Engenharias.

Caso não consigamos mitigar o impacto do aumento no preço dos insumos, sofreremos uma redução de margem. Adicionalmente, cabe ressaltar que um aumento significativo na inflação pode reduzir o poder de consumo de nossos alunos e, conseqüentemente, sua capacidade de pagamento das mensalidades escolares.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, as variações inflacionárias e seu respectivo aumento nos custos foram parcialmente repassados às mensalidades segundo a Lei das Mensalidades Escolares, equilibrando nossos resultados e limitando os efeitos da inflação. A maior parte dos nossos custos e despesas são representados por folha de pagamento (principalmente professores), que anualmente são reajustados segundo a convenção coletiva da categoria profissional em cada região em que nós atuamos no caso de nossos funcionários, e índices de inflação ou de mercado (como o CDI) que corrigem nossos contratos de aluguel. Nossos insumos não sofreram alterações significativas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 que pudessem impactar materialmente nossos resultados.

### • ***Taxa de Juros e de Câmbio***

Os nossos Diretores entendem que são possíveis impactos originados pelas variações da taxa de juros. Contudo, nos últimos exercícios sociais potenciais variações incorridas tiveram pouco impacto no resultado financeiro, decorrente do perfil de saldo de caixa e endividamento da Companhia.

Um aumento na taxa de juros pode diminuir o poder de consumo do nosso aluno, o que pode gerar um impacto na renda destinada por ele à educação, afetando as nossas receitas.

A maior parcela de nossa dívida está sujeita à taxa de juros flutuantes expressa em reais cujo principal indexador é o CDI. Embora este indexador apresente queda em 2019, nosso resultado financeiro líquido teve uma piora em 31 de dezembro de 2019, comparado a 31 de dezembro de 2018, em decorrência das novas captações de debêntures, o que gerou maior dispêndio de despesa financeira, além juros incorridos sobre os contratos de arrendamento por direito de uso em decorrência da adoção ao IFRS 16. Já com relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, houve piora de R\$ 91,6 milhões, passando de R\$ 226,1 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 134,5 milhões em 31 de dezembro de 2018, decorrente dos juros provisionados referentes às debêntures emitidas para aquisições.

Cabe ressaltar que as variações no câmbio não nos afetam diretamente, pois não possuímos títulos de dívida e recebíveis emitidos em moeda estrangeira, além de nenhum dos nossos custos ser atrelado diretamente a moeda estrangeira.



**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

- ***Taxa de Desemprego no Brasil***

Considerando que 75% dos nossos alunos trabalham durante o dia e estudam à noite, uma piora na taxa de desemprego pode afetar negativamente nossos resultados, pois grande parte destes alunos depende de sua renda para pagar as mensalidades. Essa taxa impacta nossos indicadores de evasão, adimplência, captação e retenção de alunos. Em 31 de dezembro de 2019, o nível de desemprego permaneceu elevado, encerrando o período em 11,9%, impactando 12,6 milhões de brasileiros.

## 10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

### 10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho. Os valores constantes nesta seção 10.3 foram extraídos das nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

#### (a) introdução ou alienação de segmento operacional

Conforme divulgado em Comunicado ao Mercado de 7 de outubro de 2019, está sendo implementada uma nova estrutura de negócios, dentro de um conceito de *collection of companies (holding)* com quatro verticais de atuação, mas preservando os atributos de inovação, qualidade e tecnologia, sem se desprender do elevado nível de eficiência conquistado ao longo da história recente.

Para representar essa nova estrutura de negócios foi lançada a marca “Cogna” como a nova denominação corporativa reunindo todos os negócios da Companhia, em substituição a “Kroton” que passará a responder, exclusivamente, pelo segmento de B2C de Ensino Superior. Já as demais marcas dos negócios, que atendem principalmente o cliente final, não sofrerão qualquer alteração.

Dessa forma, após a reestruturação dos negócios da Companhia e a partir do 1º trimestre de 2020, deixaremos de ter 3 segmentos operacionais (Ensino Superior EAD, Ensino Superior à Distância e Educação Básica), para ter 4 novos: Kroton (B2C de Ensino Superior), Platos (B2B de Ensino Superior), Saber (B2C de Educação Básica) e Vasta (B2B de Educação Básica).

#### (b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

##### • ***Alienações***

Os nossos Diretores afirmam que efetuamos alienações relevantes nos últimos três exercícios sociais, já citada no item 10.3 a), a alienação das empresas FAIR, FAC/FAMAT e NOVATEC em 2017

Em agosto de 2017, foi realizada venda à Treviso Empreendimentos e Participações S.A., sociedade detida por fundos de investimentos em participações – FIPs geridos por TCG Gestor Ltda., Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. e Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda., da totalidade das participações societárias detidas por subsidiárias da Kroton nas sociedades: Faculdades Integradas de Rondonópolis, Instituto de Ensino Superior de Cuiabá e Faculdade de Mato Grosso (“FAIR e FAC/FAMAT”)

A Compradora se comprometeu a pagar à Companhia o preço de venda estimado em R\$ 48,9 milhões. A venda da FAIR e FAC/FAMAT foi contratada pelas Vendedoras no contexto da transação envolvendo a alienação da Uniasselvi.

Visando dar cumprimento ao termo de compromisso de desempenho com o CADE celebrado em 2013, no contexto da aprovação do Ato de Concentração referente às aquisições do Grupo Anchieta e do Grupo Uniban pela Anhanguera, foi concluída, em 29 de dezembro de 2017, a venda ao IBREPE – Instituto Brasileiro de Estudo e Pesquisas Educacionais da totalidade da participação societária detida pela Companhia na sociedade Novatec Educacional Ltda. (“NOVATEC”).

Na avaliação da Administração, as condições requeridas para classificação dos saldos a receber sobre a venda da Uniasselvi como disponível para venda não foram atendidas, uma vez que o contrato exigia, para a conclusão do negócio, que compromissos junto ao CADE fossem atendidos, além de outras exigências.

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**

- ***Aquisições***

Em 23 de abril de 2018, foi celebrado Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para compra de participação societária representando o controle da Somos Educação S.A. ("SOMOS").

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") aprovou a operação no dia 19 de setembro de 2018 e a Companhia concluiu a Operação em 11 de outubro de 2018, tendo por vendedores determinados fundos de investimentos geridos pela Tarpon Gestora de Recursos S.A. ("Vendedores").

Dessa forma a Companhia, através de sua controlada Saber, adquiriu dos Vendedores 192.275.458 ações ordinárias de emissão da SOMOS, que representam aproximadamente 73,35% do capital social total e votante da SOMOS, ao preço de R\$ 23,75 por ação, totalizando R\$ 4.566.542 ("Preço"). Por conta de ajustes acordados entre as partes, o montante correspondente a R\$ 7.702 foi reduzido da parcela à vista do Preço ("Valor do Ajuste") e alocado à parcela retida do Preço, sendo subsequentemente deduzido, de forma definitiva, da parcela retida do Preço, de forma que, na data da aquisição, foram pagos R\$ 4.116.542, e R\$450.000 serão pagos mediante depósito nas contas vinculadas em nome dos Vendedores.

Em 22 de março de 2019, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) deferiu o pedido de registro de oferta pública obrigatória para a aquisição pela SABER das ações remanescentes de emissão da SOMOS cumulados com pedido de cancelamento de registro de companhia aberta da SOMOS perante a CVM ("OPA") e consequente saída da SOMOS do Novo Mercado.

**(c) eventos ou operações não usuais**

- ***Recompra de ações:***

Em 29 de dezembro de 2018, encerrou-se o sexto programa de recompra de ações da Companhia, que havia sido aprovado em 28 de junho de 2017 em reunião do Conselho de Administração. Do total de 48.773.702 ações compreendidas pelo programa, que equivaliam a 3% das ações em circulação vigente no início do programa, foram recompradas 17.412.500 ações a um preço médio de R\$ 12,61 por ação, representando 35,7% do limite total do programa.

- ***Oferta Pública de Ações***

Em 11 de fevereiro de 2020, concluímos nova oferta pública de ações ordinárias, tendo sido fixado o preço de R\$11,00 por ação, totalizando um aumento de R\$ 2,6 bilhões. Em razão do aumento do capital social da Companhia no âmbito da Oferta, o novo capital social da Companhia passou a ser de R\$ 7.667.615.402,90, dividido em 1.876.606.210 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

### 10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfase no parecer do auditor

#### (a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e seus administradores revisaram as classificações de suas aplicações financeiras e concluíram que os títulos de Letras do Tesouro Nacional, Letras Financeiras e Letras Financeiras do Tesouro devem ser classificados como títulos e valores mobiliários. Essa conclusão resulta do fato de o Governo não ter a obrigatoriedade de recompra, sendo que esta, quando efetuada antes da maturidade, pode ocorrer apenas no mercado secundário, não atendendo dessa forma, ao requisito de liquidez imediata.

Durante o ano de 2018, a Companhia realizou a adoção de novas normas contábeis, sendo:

#### **CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente**

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida e por quanto essa receita é mensurada. Ele substitui o CPC 30 / IAS 18 – Receitas e interpretações relacionadas. O Grupo adotou o CPC 47 / IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com efeito de adoção inicial da norma reconhecida na data da aplicação inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada e, desta forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com o CPC 30 / IAS 18, CPC 17 / IAS 11 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação do CPC 47 / IFRS 15 não foram aplicados à informação comparativa.

De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, a receita é reconhecida quando um cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle – em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo – requer julgamento. A Administração avaliou a nova norma e não identificou impactos nas demonstrações financeiras, considerando a natureza de suas principais transações financeiras. Foram analisados diversos contratos de prestação de serviço, identificando todos os direitos de cada parte, assim como as obrigações, termos de pagamento e tipos de serviços ou produtos em cada contrato individual.

#### **CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros**

Aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Esta norma entrou em vigor em 01 de janeiro de 2018 e substituiu orientações do IAS 39/CPC 38, que diz respeito a classificação dos instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

Os ativos financeiros da Companhia são substancialmente representados por aplicações financeiras, com remuneração atrelada à variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, contas a receber de clientes, estes classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado, exceto pelos títulos e valores mobiliários, que correspondem as aplicações em letras financeiras, os quais são mensurados subsequentemente ao valor justo por meio do resultado. A adoção do IFRS 9/CPC 48 não resultou em modificações significativas nas classificações contábeis anteriormente realizadas pela Companhia, tendo em vista a natureza de suas transações. Os passivos financeiros da Companhia estão substancialmente representados por debêntures de emissão da Companhia e contas a pagar por aquisições, os quais estão classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Em relação aos passivos financeiros, a adoção do IFRS 9/CPC 48 não resultou em alteração significativa nas classificações contábeis anteriormente realizadas pela Companhia, tendo em vista a natureza de suas transações.

Após a análise da nova Norma contábil, a Companhia julgou que não existem impactos relevantes na adoção da norma. Adicionalmente, vale citar que a Companhia já praticava um modelo similar

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

as perdas esperadas para quantificar, medir e avaliar a PLCD, assim como não tem hedge de qualquer tipo, por limitação do Conselho Financeiro e não possui instrumentos financeiros com alto grau de complexidade.

### **CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil**

A nova norma substitui a IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil”, e correspondentes interpretações, trazendo alterações significativas para arrendatários, ao requerer que estes passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso dos ativos arrendados para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais. Podem ficar fora do escopo dessa nova norma apenas determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor. Neste cenário, os arrendamentos contratados impactarão as informações financeiras conforme segue:

a) reconhecimento de ativos de direito de uso e de passivos de arrendamento no balanço patrimonial consolidado, inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento;

b) reconhecimento de despesas de depreciação de ativos de direito de uso e despesas de juros sobre passivos de arrendamento na demonstração consolidada do resultado; e

c) separação do montante total de caixa pago nestas operações entre principal (apresentada dentro das atividades de financiamento) e juros (apresentados nas atividades operacionais) na demonstração consolidada dos fluxos de caixa.

Conforme facultado, arrendamentos de curto prazo (prazo de locação de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor (como computadores pessoais e móveis de escritório), manterão o reconhecimento de suas despesas de arrendamento em bases lineares nas demonstrações do resultado do exercício, conforme permitido pelo IFRS 16 / CPC 16 (R2).

Para tal, a Administração da Companhia, com o auxílio de especialistas, efetuou a identificação dos contratos (inventário dos contratos), avaliando, se, contém, ou não, arrendamento de acordo com o IFRS 16 / CPC 06 (R2). Esta análise identificou impactos principalmente relacionados às operações de arrendamento de imóveis locados de terceiros, e valores menos representativos advindos de outras operações onde identificamos a existência de ativos arrendados individualmente ou combinados em contratos de serviços.

### **ICPC 22 / IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro**

O ICPC 22 (IFRIC 23) foi publicado com o objetivo de esclarecer os critérios contábeis para o reconhecimento, mensuração e divulgação de tributos sobre os lucros na existência de incertezas no que diz respeito a aplicação da legislação tributária, os quais não estavam claros os procedimentos a serem aplicados no CPC 32 ou no CPC 25, ficando a cargo muitas vezes de aplicação de critérios diferentes entre as empresas, o que dificultava a comparabilidade das demonstrações financeiras.

Descrevemos abaixo os principais esclarecimentos trazidos pela norma:

#### **(i) Determinação do lucro tributável**

A entidade deve considerar a probabilidade de que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto. Se a entidade concluir que é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto, a entidade deve determinar o lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados ou alíquotas fiscais consistentemente com o tratamento fiscal utilizado ou planejado para ser utilizado em sua declaração de tributos sobre o lucro.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

Se a entidade concluir que não é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto, a entidade deve refletir o efeito da incerteza na determinação do respectivo lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais para fins de definição dos reflexos contábeis.

**(ii) Mensuração dos efeitos das incertezas**

A entidade deve determinar se deve considerar cada tratamento fiscal incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos, com base na abordagem que melhor estima a resolução da incerteza, bem como deve refletir o efeito da incerteza para cada tratamento fiscal incerto, utilizando um dos seguintes métodos, optando pelo que forneça a melhor previsão da resolução da incerteza:

- a) Valor mais provável – o único valor mais provável em um conjunto de resultados possíveis. O valor mais provável pode fornecer a melhor previsão da resolução da incerteza se os resultados possíveis forem binários ou estiverem concentrados em um valor;
- b) Valor esperado – a soma de valores de probabilidade ponderada na faixa de resultados possíveis. O valor esperado pode fornecer a melhor previsão da resolução da incerteza se houver um conjunto de resultados possíveis que não são nem binários nem concentrados em um valor.

**(iii) Exame por autoridades fiscais**

A entidade deve assumir que a autoridade fiscal examinará os valores que tem direito de examinar e tenha pleno conhecimento de todas as informações relacionadas ao realizar esses exames.

Portanto, o risco da entidade estar ou não sujeita a fiscalização (“risco de detecção”) não deve ser levado em consideração para fins de reconhecimento do tratamento fiscal incerto.

**(iv) Mudanças em fatos e circunstâncias**

A entidade deve refletir o efeito da mudança em fatos e circunstâncias ou de novas informações, como uma mudança na estimativa contábil, aplicando o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. A entidade deve aplicar o CPC 24 – Evento Subsequente para determinar se a mudança ocorrida após o encerramento do período contábil é evento que requer ajustes ou não.

**(v) Data de vigência e transição**

A vigência da aplicação é para períodos de relatórios anuais iniciados em 01 de janeiro de 2019.

Quanto ao período de transição, a entidade deve aplicar a norma:

- (a) retrospectivamente, aplicando o CPC 23, se isso for possível sem o uso de fatos e conhecimentos posteriores; ou
- (b) retrospectivamente, com o efeito cumulativo de aplicar inicialmente esta Interpretação reconhecida na data da aplicação inicial. Se a entidade escolher essa abordagem de transição, ela não deve refazer as informações comparativas. Em vez disso, a entidade deverá reconhecer o efeito cumulativo de aplicar inicialmente esta Interpretação como ajuste ao saldo de abertura de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

líquido, conforme apropriado). A data da aplicação inicial é o início do período de relatório anual em que a entidade aplica esta Interpretação pela primeira vez.

O Grupo Cogna optou pela regra de transição prevista no item "b" com ajuste no saldo de abertura de lucros acumulados, sem refazer as informações comparativas.

**(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis****Alterações do IFRS 3/CPC 15 (R1)**

De acordo com o IFRS 3/CPC 15 (R1), a administração optou, preliminarmente, pelo reconhecimento da participação de não controladores pelo método de participação proporcional, e juntamente realizou a demonstração do cálculo do excesso do preço de aquisição sobre o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na aquisição da Somos.

Em 30 de junho de 2019, a administração concluiu o processo de alocação do excesso do preço de aquisição sobre o valor justo dos ativos e passivos e, conforme o IFRS 3/CPC 15 (R1), revisou as alocações preliminares e ajustou retrospectivamente os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2018 para refletir as condições que existiam na data da aquisição. Adicionalmente, ainda dentro do prazo de um ano da data da aquisição previsto na referida norma, a administração alterou o método de mensuração da participação de não controladores para valor justo, em substituição à participação proporcional nos ativos líquidos da adquirida, por entender que este método reflete de maneira mais apropriada os aspectos econômicos da operação de aquisição da Somos e consequentemente em informação mais relevante para os usuários das demonstrações financeiras. Com isso, a Companhia registrou o montante de R\$1.575.195 mil como participação de acionistas não controladores, o qual equivale à 69.853.431 ações valorizadas pela cotação das mesmas na B3 em 11 de outubro de 2018, data da conclusão da aquisição da parcela do acionista controlador.

Os referidos ajustes foram efetuados nos saldos comparativos de 31 de dezembro de 2018, de acordo com o IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Abaixo demonstramos os referidos ajustes:

	<b>Alocação Preliminar 11/10/2018</b>	<b>Mensuração de não controladores ao valor justo</b>	<b>Revisão da alocação preliminar</b>	<b>Alocação Final</b>
<b>(em R\$ mil)</b>				
Ativos Líquidos	(408.875)	-	-	(408.875)
Preço de aquisição	4.566.542	-	-	4.566.542
	<b>4.157.667</b>	-	-	<b>4.157.667</b>
Passivos assumidos	2.625.389	-	(24.759)	2.600.630
Parcela retida do preço de aquisição	(450.000)	-	-	(450.000)
Parcela de acionistas não controladores	-	1.575.195	-	1.575.195
Excesso do preço de aquisição sobre o valor justo classificado como ágio	<b>6.333.056</b>	<b>1.575.195</b>	<b>(24.759)</b>	<b>7.883.492</b>
<b>Destinação do ágio</b>				
Goodwill	4.077.820	1.575.195	246.491	5.899.506
Marca	1.224.975	-	443.690	1.668.665
Carteira de clientes	77.487	-	28.065	105.552
Carteira de clientes - não contratual	906.255	-	328.249	1.234.504
Estoque mais valia	46.519	-	16.850	63.369
Imobilizado mais valia	-	-	8.884	8.884
<b>Destinação do ágio</b>				
Goodwill	-	-	(879.569)	(879.569)
Marca	-	-	(372.562)	(372.562)
Carteira de clientes	-	-	(239.597)	(239.597)
IR/CS diferidos sobre intangíveis	-	-	394.740	394.740
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>6.333.056</b>	<b>1.575.195</b>	<b>(24.759)</b>	<b>7.883.492</b>

Demonstrativo dos efeitos – consolidado

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

(em R\$ mil)	Consolidado		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Ativo circulante			
Estoques	370.657	16.850	387.507
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>5.563.269</b>	<b>16.850</b>	<b>5.580.119</b>
Ativo não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	515.900	232.601	748.501
Imobilizado	2.485.643	8.885	2.494.528
Intangível	19.911.110	1.045.755	20.956.865
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>25.081.770</b>	<b>1.287.241</b>	<b>26.369.011</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>30.645.039</b>	<b>1.304.091</b>	<b>31.949.130</b>
Passivo circulante	2.565.498	-	2.565.498
Passivo não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.042.115	(162.138)	879.977
<b>Total do passivo</b>	<b>14.638.209</b>	<b>(162.138)</b>	<b>14.476.071</b>
Patrimônio líquido	15.902.644		15.902.644
Participação dos não controladores	104.186	1.466.229	1.570.415
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>16.006.830</b>	<b>1.466.229</b>	<b>17.473.059</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>30.645.039</b>	<b>1.304.091</b>	<b>31.949.130</b>

**Adoção do IFRS 16/CPC 06 (R1)**

Por sua vez, em decorrência da adoção do IFRS 16, em 01 de janeiro de 2019, a Companhia reconheceu os seguintes valores aos saldos de abertura de seu balanço patrimonial consolidado:

	Consolidado		
	Divulgado 31/12/2018 (Reapresentado nota 2.1)	Adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16	Saldo em 01/01/2019
<b>Ativo circulante</b>			
Contas a Receber	1.940.313	794	1.941.277
<b>Ativo não circulante</b>			
Contas a Receber	694.283	8.275	702.558
Imobilizado	2.494.528	3.436.230	5.930.758
Impostos Diferidos	748.501	107.115	855.284
<b>Total do ativo</b>	<b>5.877.625</b>	<b>3.552.414</b>	<b>9.429.707</b>
<b>Passivo circulante</b>			
Arrendamentos a Pagar	-	137.307	137.307
<b>Passivo não circulante</b>			
Arrendamentos a Pagar	-	3.618.270	3.618.270
Impostos Diferidos	879.977	-	879.977
<b>Total do Passivo</b>	<b>879.977</b>	<b>3.755.577</b>	<b>4.635.554</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Lucros Acumulados	5.287.505	(203.163)	5.084.010
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>5.287.505</b>	<b>(203.163)</b>	<b>5.084.010</b>

**ICPC 22 / IFRIC 23**

A conclusão da avaliação quanto aos potenciais impactos decorrentes da aplicação do ICPC 22 (IFRIC 23) a partir do exercício de 2019 é a seguinte:

- a) Houveram impactos decorrentes da aplicação do ICPC 22 (IFRIC 23), sendo: (i) para a incerteza relacionada a dedutibilidade da despesa com PLR relativa aos valores pagos aos administradores, R\$ 39.730, sendo: R\$ 38.243 registrado no patrimônio líquido, e R\$



**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

1.487 registrado no resultado do exercício, e; (ii) para a incerteza relacionada a dedutibilidade sobre as alocações do ágio nas aquisições de controladas no montante de R\$ 36.877, sendo este valor alocado integralmente ao resultado do exercício. O montante destes impactos totaliza R\$ 76.607, conforme apresentado na nota explicativa 23.2;

- b) Não houveram impactos da aplicação da norma aos processos administrativos e judiciais em discussão com as autoridades fiscais.

**(c) ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor**

Os nossos Diretores informam que não houve nenhuma ressalva ou ênfase de nossos auditores para as Demonstrações Financeiras elaboradas em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

Adicionalmente, conforme descrito na nota explicativa 4.3 às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia concluiu, em 11 de outubro de 2018, o processo de aquisição de 73,35% do capital social total e votante da Somos Educação S.A. pelo valor de R\$ 4.566.542 mil, dos quais R\$ 4.116.542 mil foram pagos aos acionistas vendedores e R\$ 450.000 mil foram retidos em contas vinculadas, além de ter assumido passivos no montante de R\$ 2.600.630 mil.

Dessa forma, a Companhia apresentou na referida nota explicativa 4.3, a demonstração do cálculo do excesso do preço de aquisição sobre o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na aquisição da Somos, com base em avaliações preliminares, como permitido pelo IFRS 3/CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios.

Ainda, de acordo com o IFRS 3/CPC 15 (R1), a administração optou, preliminarmente, pelo reconhecimento da participação de não controladores pelo método de participação proporcional. Em 30 de junho de 2019, após a revisão dos reconhecimentos preliminares da participação dos não controladores, a administração alterou o método de mensuração desta participação para valor justo, em substituição à participação proporcional nos ativos líquidos da adquirida, por entender que este método reflete de maneira mais apropriada os aspectos econômicos da operação de aquisição da Somos e consequentemente em informação mais relevante para os usuários das demonstrações financeiras. Com isso, a Companhia registrou o montante de R\$ 1.575.195 mil como participação de acionistas não controladores, o qual equivale à 69.853.431 ações valorizadas pela cotação das mesmas na B3 em 11 de outubro de 2018, data da conclusão da aquisição da parcela do acionista controlador.

Os referidos ajustes foram efetuados nos saldos comparativos de 31 de dezembro de 2018, de acordo com o IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Para maiores informações, vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

### 10.5 - Políticas contábeis críticas

No entendimento de nossos Diretores, as nossas principais políticas contábeis críticas são apresentadas logo abaixo, sendo que essas foram aplicadas de modo consistente e de forma uniforme para todos os períodos e exercícios sociais apresentados, salvo disposição em contrário.

#### Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos financeiros, outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

#### a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

#### b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

#### c) Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada como parte de suas demonstrações financeiras, conforme requerido pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas, custos e despesas adquiridos de terceiros e pelo valor adicionado recebido em transferência. A segunda parte apresenta a distribuição da riqueza entre impostos, taxas e contribuições, pessoal, remuneração

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

de capital de terceiros e remuneração do capital próprio.

### d) Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia.

### Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na nota a seguir.

### a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle, isto é, quando está exposto ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das novas controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

A seguir apresentamos a relação das empresas controladas pela Companhia para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

<u>Entidades consolidadas</u>	<b>Participação % <sup>(1)</sup></b>	
	<b><u>31/12/2019</u></b>	<b><u>31/12/2018</u></b>
<b>Controlada direta:</b>		
AESAPAR - Anhanguera Educacional Participações S.A.	100,0	100,0
<b>Controladas indiretas AESAPAR:</b>		
AESA- Anhanguera Educacional Ltda.	100,0	100,0
AESAPRO - Clínica Médica Anhanguera Ltda.	100,0	100,0
FIDC - Anhanguera Educacional Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	100,0	100,0
Juspodivm - Instituto Excelência Ltda.	100,0	100,0
Edufor - Edufor serviços educacionais Ltda. – ME	100,0	100,0

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

ICF - Sociedade Piauiense de ensino superior Ltda.	100,0	100,0
Fateci Cursos Técnicos S/S.	100,0	100,0
Clauder Ciarlini Filho S/S.	100,0	100,0
Sociedade Educacional da Paraíba Ltda.	100,0	100,0
Bacabal Mearim Sistemas de Ensino Ltda.	100,0	100,0
PSES - Pitágoras Sistema de Ensino Sociedade	54,5	-
<b>Controlada direta:</b>		
EDE - Editora e Distribuidora Educacional	100,0	100,0
<b>Controladas indiretas EDE:</b>		
Ceama - Centro de Ensino Atenas Maranhense	99,99	99,99
Fais - Faculdade Integradas de Sorriso	99,99	99,99
Fama Macapá - União de Faculdades do Amapá	99,99	99,99
Orme - Orme Serviços Educacionais	99,99	99,99
Pax - Pax Editora e Distribuidora	-	99,99
Projecta - Projecta Educacional	99,99	99,99
Cepar - Centro De Ensino Superior De Parauapebas Ltda	100,0	-
Centro De Ensino Superior De Marabá Ltda	100,0	-
Cesupar - Centro De Ensino Superior De Paragominas Ltda	100,0	-
Unime LF - União Metropolitana para o Desenvolvimento da Educação e Cultura	99,99	99,99
União - União de Ensino Unopar	48,8	99,99
Unic Educacional - Unic Educacional	92,3	99,99
Unime Salvador - Iuni Educacional - Unime Salvador	99,99	99,99
PSES - Pitágoras Sistema de Ensino Sociedade	-	99,99
Saber - Saber Serviços Educacionais S.A.	-	99,99
<b>Controlada direta:</b>		
Saber - Saber Serviços Educacionais S.A.	76,6	-
<b>Controladas indiretas Saber:</b>		
Somos Idiomas S.A.	100,0	100,0
Editora Scipione S.A.	84,2	100,0
Saraiva Soluções Educacionais S.A.	70,4	100,0
Editora Ática S.A.	100,0	100,0
<b>Controladas indiretas Editora Ática:</b>		
SB Sistemas	100,0	100,0
SGE Comércio de Material Didático Ltda.	100,0	100,0
Saraiva Educação S.A.	42,9	100,0
<b>Controladas indiretas Saraiva Educação:</b>		
Editora Pigmento Ltda.	100,0	100,0
Editora Joaquim Ltda.	100,0	100,0
Editora Todas as Letras Ltda.	100,0	100,0
Saraiva Gestão de Marcas Ltda.	50,0	-
Somos Operações Escolares S.A.	77,8	100,0
<b>Controladas indiretas Somos Operações Escolares:</b>		
Colégio Ambiental Ltda.	100,0	100,0
Colégio Visão Ltda.	100,0	100,0
Sociedade Educacional NEODNA Cuiabá Ltda.	100,0	100,0
Colégio do Salvador Ltda.	100,0	100,0
Colégio Motivo Ltda. ("Grupo Motivo")	100,0	100,0
Cursos e Colégios Coqueiros Ltda.	100,0	100,0
Colégio Integrado Jaó Ltda.	100,0	100,0
Escola Santo Inácio Ltda.	100,0	100,0
Sistema P.H. de Ensino Ltda.	100,0	100,0
Escola Riacho Doce Ltda.	100,0	100,0
Sociedade Educacional Doze de Outubro Ltda. ("Anglo 21")	100,0	100,0
ECSA - Escola a Chave do Saber S/S Ltda.	100,0	100,0
Colégio Cidade Ltda.	100,0	100,0
Sociedade Educacional Paraná Ltda. ("Maxi Cuiabá")	100,0	100,0
Sociedade Educacional de Rondonópolis Ltda.	100,0	100,0
Sociedade Rondopolitana de Educação Ltda.	100,0	100,0

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

ACEL - Administração de Cursos Educacionais Ltda. ("Sigma")	100,0	100,0
<b>Controladas indiretas ACEL:</b>		
Papelaria Brasileira S.A.	100,0	100,0
Escola Mater Christi Ltda.	100,0	100,0
Somos Educação S.A.	100,0	73,4
<b>Controladas indiretas Somos Educação:</b>		
Maxiprint Editora Ltda.	100,0	100,0
Centro Educacional Leonardo da Vinci S/S Ltda.	100,0	100,0
Vinci Serviços Educacionais Ltda.	100,0	100,0
Colégio Manauara Latu Sensu Ltda.	100,0	100,0
Núcleo Brasileiro De Estudos Avançados Ltda.	100,0	100,0
Sanches Serviços De Educação Ltda.	100,0	100,0
Leal e Sanches Ltda.	100,0	100,0
Sociedade Educacional Alphaville S.A.	100,0	-
ETB Editora Técnica do Brasil Ltda.	100,0	100,0
Stood Sistemas e Treinamento à Distância Ltda.	100,0	100,0
<b>Controladas indiretas Stood Sistemas:</b>		
Eligis Tecnologia E Inovação Ltda	100,0	100,0
Somos Educação Investimentos S.A.	100,0	100,0
<b>Controladas indiretas Somos Educação Investimentos:</b>		
Educação Inovação e Tecnologia S.A ("AppProva")	100,0	100,0
Nice Participações S.A.	100,0	100,0
CEI - Centro de Educação Integrada Ltda.	51,0	51,0
<b>Controladas indiretas CEI:</b>		
Escola Infantil Primeiros Passos EIRELI	100,0	51,0
SL Noventa Centro Educacional EIRELI	100,0	51,0
<b>Controlada direta:</b>		
Somos Sistemas de Ensino S.A.	100,0	100,0
<b>Controladas indiretas Somos Sistemas:</b>		
Livraria Livro Fácil Ltda.	100,0	100,0
Colégio Anglo São Paulo Ltda	100,0	100,0

(i) As variações nos percentuais de participação em comparação ao exercício anterior, são decorrência do projeto de reestruturação societária ocorrido entre as unidades de negócio da Companhia. Assim sendo, não houve qualquer alteração que ocasionasse perda de controle pela Cogna em suas controladas.

**b) Participação de acionistas não controladores**

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "ajustes de avaliação patrimonial".

**c) Combinações de Negócios**

Em conformidade com as disposições do CPC 15 - Combinações de negócio as aquisições são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável.

**d) Segmento operacional**

O relatório por segmento operacional é apresentado de modo consistente com o relatório interno

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, responsável, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. A Diretoria Executiva considera o negócio da perspectiva dos serviços prestados: Ensino Superior Presencial, Ensino Superior EAD e Educação Básica.

### **Moeda funcional e de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que corresponde a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

### **Demonstração do resultado abrangente**

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação, quando aplicáveis) que, em conformidade com os procedimentos não são reconhecidos na demonstração do resultado como requeridos ou permitidos pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, quando aplicáveis. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Grupo não apresentou outros itens além dos resultados dos exercícios apresentados nas demonstrações do resultado individuais e consolidadas.

### **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalente de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e outros investimentos de curto prazo, de alta liquidez, os quais são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

### **Ativos e passivos financeiros**

Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

#### Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ou ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Compreendem o caixa e equivalentes de caixa, além dos títulos e valores mobiliários, o contas a receber de clientes e o contas a receber na venda de controladas.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, e;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado.

Os investimentos da Companhia são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" no período em que ocorrem.

**Passivos financeiros**

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Compreendem empréstimos, financiamentos e debêntures, além de saldos a pagar a fornecedores e operações de risco sacado.

**Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**Impairment de ativos financeiros**

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de créditos associados aos títulos de dívida registrados ao custo de amortização e ao valor justo por meio do resultado. A metodologia aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para os contas a receber de clientes, o Grupo reconhece as perdas esperadas a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis e conforme as faixas de vencimento dos títulos e rolagem entre as faixas, conforme descrito na nota explicativa 8 (c).

### **Contas a receber de clientes**

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços pelo Grupo.

A receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente por valor igual ao preço estimado da transação, assim, o princípio de controle substituiu o princípio de riscos e benefícios.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva, menos a provisão para "*impairment*". A provisão para perdas é estabelecida desde o faturamento com base nas performances apresentadas pelas diversas linhas de negócio e respectivas expectativas de cobrança até 365 dias do vencimento.

O cálculo da provisão é baseado em estimativas de eficiência para cobrir potenciais perdas na realização das contas a receber, considerando sua adequação contra a performance dos recebíveis de cada linha de negócio consistente com a política de "*impairment*" de ativos financeiros ao custo amortizado.

Com relação ao PEP – Parcelamento Especial Privado - a Companhia constitui provisão para perda esperada relacionada aos recebíveis, utilizando o percentual de 50% da respectiva receita líquida, o qual reflete a melhor estimativa da administração quanto à futura inadimplência. Este percentual leva em consideração: a) a expectativa futura de perda para alunos com parcelamentos, que é superior à média dos alunos pagantes; e b) o percentual de evasão histórica de alunos.

### **Estoques**

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, o que for menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projetos, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção.

A Companhia efetua provisão para perdas para os produtos acabados e matérias primas com baixa movimentação as quais são analisadas e avaliadas periodicamente quanto a expectativa de realização destes estoques. A Administração avalia periodicamente a necessidade de serem destruídos.

### **Imobilizado**

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui o custo de aquisição, formação ou construção. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo



## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos a seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Equipamentos de informática	4,4
Móveis, equipamentos e utensílios	10
Biblioteca	10
Edificações e benfeitorias	25

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. A Companhia revisou a vida útil de seus ativos e concluiu que as taxas de depreciação utilizadas são condizentes com suas operações em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

O valor contábil de um ativo será imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na rubrica "Outras despesas (receitas) operacionais", na demonstração do resultado.

### **Intangível**

#### a) Ágio

O ágio é representado pela diferença entre a contraprestação transferida e o valor justo de ativos líquidos identificáveis.

#### b) Programas de computador (software) e desenvolvimento de projetos internos

As licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados ao longo da vida útil estimada dos respectivos softwares.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software/projeto, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de software/projeto e uma parcela adequada das despesas diretas.

Os custos com desenvolvimento que não atendem aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos com o desenvolvimento de software/projeto reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis.

#### c) Marcas registradas

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 20 a 30 anos.

d) Licença de operação e parceira de polo

O polo é uma unidade operacional local que pode ser tanto próprio quanto de terceiros (parceiros) e tem a responsabilidade de oferecer a estrutura ao aluno em recursos audiovisuais, biblioteca e informática, de modo que suportem a prática do ensino à distância.

e) Relações contratuais com clientes

As carteiras de clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

f) Relações não contratuais com clientes

O relacionamento não contratual com clientes, ou carteira de alunos, representa um ativo intangível chave que é separável e com valor distinto dos ativos tangíveis adquiridos e do ágio. O Relacionamento não contratual com clientes tem vida útil definida de 13 anos e é contabilizado pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

### **“Impairment” de ativos não financeiros**

Ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação de *impairment*, esses ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, sendo: (i) Ensino superior presencial, (ii) Ensino superior a distância (EAD) e, (iii) Ensino Básico.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

### **Fornecedores (incluindo risco sacado)**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros.

Alguns fornecedores nacionais têm a opção de ceder recebíveis da Companhia, sem direito de regresso, para instituições financeiras de primeira linha. Através dessas operações, os fornecedores podem antecipar seus recebimentos com custos financeiros reduzidos, uma vez que as instituições financeiras consideram o risco de crédito da Companhia. A Companhia classifica estas operações em rubrica contábil específica denominada "Fornecedores – risco sacado". Nas demonstrações do fluxo de caixa, estes valores são alocados como atividade operacional, visto que tal transação tem caráter semelhante à de contas a pagar aos fornecedores.

### **Empréstimos, financiamentos e debêntures**

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

São classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após as datas dos balanços.

### **Arrendamento por direito de uso**

O Grupo possuía até 31 de dezembro de 2018 diversos arrendamentos operacionais que representavam a quase totalidade dos contratos de locação. Para os arrendamentos operacionais, os pagamentos efetuados (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) eram reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos financeiros que representavam uma pequena parcela dos contratos de arrendamento e que o Grupo detinha, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, eram classificados como arrendamentos financeiros. Estes eram capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

A partir de 1º de janeiro de 2019, entretanto, a Companhia adotou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil, sendo que maiores detalhes desta operação, e seus respectivos impactos, estão apresentados na nota explicativa 2.26.1.

### **Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis**

As provisões para perdas relacionadas a processos judiciais e administrativos trabalhistas, tributários e cíveis são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

### **Passivos assumidos na combinação de negócio**

No contexto do CPC 15 - Combinação de negócios - a Companhia, com base nos relatórios dos seus assessores jurídicos e financeiros, provisiona os passivos assumidos na combinação de negócio. Estes são reconhecidos quando a Companhia encontra potenciais não conformidades em relação a práticas passadas de controladas adquiridas pela Companhia quanto ao cumprimento da legislação trabalhista, cível e tributária e relacionadas ao período que pertencia aos vendedores das empresas adquiridas.

A Companhia reconhece, contabilmente, as potenciais obrigações resultantes de eventos passados cujo valor justo possa ser razoavelmente mensurado, ainda que dependa da ocorrência de eventos futuros para que se materialize em contingências.

### **Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**

O resultado tributário do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL correntes e diferidos, calculado sobre o lucro apurado antes dos impostos e reconhecido na demonstração de resultado.

O IRPJ e CSLL são calculados com base na aplicação das alíquotas de 25% e 9% respectivamente, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e demais diferenças temporárias nos saldos dos ativos e passivos para fins fiscais e nas demonstrações financeiras. O ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferido são registrados integralmente nas demonstrações financeiras, exceto, no caso do ativo, se não forem prováveis que lucros tributáveis futuros sejam realizados, nesse cenário, temos um limitador ao valor do ativo diferido a ser reconhecido. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributável, em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

As entidades de ensino superior controladas pela Companhia estão inseridas no Programa Universidade para Todos - ProUni, que estabelece, através da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados impostos federais (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL) as instituições de ensino superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica.

Conforme facultado pela legislação tributária, certas controladas, cujo faturamento anual do exercício anterior tenha sido inferior a R\$78.000, optaram pelo regime de lucro presumido. Para

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

essas empresas, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras), sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do imposto de renda e da contribuição social.

### **Lucro por ação básico e diluído**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro diluído por ação é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem opções de compra de ações com potenciais efeitos diluidores.

### **Benefícios a empregados**

#### a) Programa de opção de compra de ações

O Grupo oferece aos administradores e empregados considerados estratégicos o programa de opção de ações. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa durante o período no qual o direito é adquirido, que representa o período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. A contrapartida é registrada a crédito em reservas de capital - outorga de opções de ações no patrimônio líquido. Nas datas dos balanços, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições estabelecidas. O impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, é reconhecido na demonstração do resultado, prospectivamente.

#### b) Plano de outorga de ações restritas

Foi aprovado pelos acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 3 de setembro de 2018, a criação de um Plano de Outorga de Ações Restritas como forma de incentivo ao incremento do desempenho e permanência dos administradores e/ou empregados da Companhia ou de outras empresas sob o seu controle direto ou indireto (nota explicativa 27.1).

### **Capital social**

As ações ordinárias da Companhia são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opção são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando qualquer controlada da Companhia compra ações do capital da própria Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação,

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

diretamente atribuíveis, e dos respectivos efeitos do IRPJ e da CSLL, é incluído no capital atribuível aos acionistas da Companhia.

### **Ações em tesouraria**

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) e reconhecidos ao custo de aquisição e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia.

### **Dividendos e juros sobre o capital próprio**

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante no grupo "Dividendos e juros sobre o capital próprio", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, será registrada quando do seu efetivo pagamento. Durante o exercício, o dividendo pago superior ao dividendo mínimo obrigatório está na linha de "dividendos adicionais propostos" no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados na nota explicativa 26 (b).

### **Receita na venda de produtos e serviços**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos e ajuste a valor presente, bem como após a eliminação das vendas entre empresas do Grupo.

Desde 01 de Janeiro de 2018, o CPC 47 / IFRS 15, estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam sobre a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação da receita ou da indústria: (i) Quando as partes do contrato aprovarem o contrato e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações; (ii) Quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços transferidos; (iii) Quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos; (iv) Quando o contrato possuir substância comercial, e; (v) Quando for provável que a entidade receberá a contraprestação a qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

A seguir apresentamos as políticas adotadas nas receitas advindas das vendas de produtos (livros, publicações, conteúdos de assinaturas), e também nas vendas de serviços (cursos de ensino superior presencial, ensino superior EAD, educação básica):

#### **a) Venda de produtos**

A receita pela venda de produtos é reconhecida quando (ou à medida que) satisfazer a obrigação de desempenho ao transferir o bem prometido ao cliente, podendo ser em momento específico seu reconhecimento ou ao longo do contrato. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita a data em que o produto é entregue ao comprador.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os recebimentos antecipados de venda de coleções didáticas são registrados na rubrica "Adiantamentos de clientes" e reconhecidos na entrega do material.

### b) Venda de serviços

A receita da Companhia consiste principalmente na prestação de serviços de cursos de ensino superior (graduação) e é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data de encerramento do balanço. As seguintes condições são observadas quando do reconhecimento da receita dos contratos dos alunos, conforme a forma de pagamento do serviço: (i) a existência de um contrato válido e assinado; (ii) o valor dos serviços é facilmente identificável e, (iii) é provável que a entidade receberá a contraprestação dos serviços prestados.

As mensalidades dos cursos e os respectivos descontos variam de acordo com o curso, a unidade ou o termo acadêmico. São cobradas seis mensalidades a cada semestre, sendo a primeira considerada usualmente como matrícula. O vínculo dos alunos acontece sempre em períodos semestrais e a renovação por parte do aluno acontece dependendo do atendimento das obrigações acadêmicas e contratuais, no final do semestre letivo.

Os alunos FIES (Programa de Financiamento Estudantil), que possuem contratos financiados no âmbito desse programa governamental, necessitam realizar a validação e aditamento do contrato junto ao FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação). A Companhia realiza procedimentos adicionais de validação e conferência, inclusive, mas não se limitando, ao acompanhamento do status do processo de aditamento dos contratos dos alunos no SisFies (Sistema Informatizado do FIES), com a finalidade de garantir que ocorrerá o recebimento das parcelas de forma normal e recorrente. Adicionalmente, o aluno assina um contrato de prestação de serviços educacionais com a Instituição Educacional (universidade ou faculdade) e, em caso de inadimplência, esta pode efetuar a cobrança diretamente ao aluno.

Para as mensalidades dos cursos de educação à distância – EAD, é repassado ao polo parceiro que ministra as aulas tele-presenciais um percentual entre 25% e 36%, que varia de acordo com o tamanho das turmas operadas e possui regras específicas que podem variar para cada polo. O acordo contratual entre as controladas e o polo é uma operação em conjunto e estabelece os direitos das partes integrantes sobre as respectivas receitas e as obrigações pelas respectivas despesas, dessa forma, a receita é reconhecida apenas sobre parcela referente à participação da Companhia e suas controladas. No momento do recebimento da mensalidade do aluno é criado um contas a pagar para os polos parceiros.

A receita com prestação de serviços e de educação básica, substancialmente da mensalidade de colégios e cursos de idiomas e preparatórios e é reconhecida pelo prazo de duração dos mesmos.

O polo é uma unidade operacional local que pode ser tanto própria quanto de terceiros (parceiros) e tem a responsabilidade de oferecer a estrutura ao aluno em recursos audiovisuais, biblioteca e informática, de modo que suportem a prática do ensino à distância.

### c) Receita de royalties

A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis.

No Grupo, esta receita refere-se substancialmente aos contratos de franquia mantidos pela controlada Red Balloon com sua rede de franqueados.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

### Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem, principalmente:

- Receita de juros sobre mensalidades dos alunos;
- Despesa de juros proveniente de empréstimos e debêntures contraídos;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

As receitas são reconhecidas conforme a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Ao reconhecer um ativo financeiro, o mesmo é mensurado a valor justo por meio do resultado (sendo aplicável aos títulos e valores mobiliários), ou por meio do custo amortizado (aplicável aos demais ativos financeiros da Companhia). No caso dos passivos financeiros, estes serão mensurados ao custo amortizado.

### Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração, no mercado primário ou, na sua falta, no mais vantajoso mercado ao qual a Companhia tenha acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete seu risco de não desempenho, o que inclui, entre outros, o risco de crédito do próprio negócio.

Se não houver preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em consideração ao precificar uma transação. Se um ativo ou passivo mensurado pelo valor justo tiver um preço de compra e venda, o Grupo mede os ativos com base nos preços de compra e no passivo com base nos preços de venda. Um mercado é considerado ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrerem com frequência e volume suficientes para fornecer informações sobre preços continuamente.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é geralmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contraprestação dada ou recebida. Se o Negócio determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado por um preço cotado em um mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico ou por uma técnica de avaliação para a qual qualquer valor não observável. Como os dados são considerados insignificantes em relação à mensuração, o instrumento financeiro é inicialmente mensurado pelo valor justo, ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Essa diferença é subsequentemente reconhecida na demonstração combinada do resultado ou outro resultado abrangente de forma adequada ao longo da vida útil do instrumento, ou até o momento em que sua avaliação seja totalmente suportada por dados observáveis de mercado ou a transação seja fechada, o que ocorrer primeiro.

Para fornecer uma indicação sobre a confiabilidade dos dados utilizados na determinação do valor justo, a Companhia classificou seus instrumentos financeiros de acordo com os julgamentos e estimativas dos dados observáveis, tanto quanto possível. A hierarquia do valor justo baseia-se no grau em que o valor justo é observável usado nas técnicas de avaliação da seguinte forma:



## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- Nível 1: As mensurações do valor justo são aquelas derivadas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: As mensurações do valor justo são aquelas derivadas de insumos que não os preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- Nível 3: As mensurações do valor justo são aquelas derivadas de técnicas de avaliação que incluem entradas para o ativo ou passivo que não são baseadas em dados observáveis de mercado (entradas não observáveis).

### **Novas normas, alterações e interpretações emitidas e ainda não aplicáveis**

As seguintes normas entrarão em vigor em período posterior à emissão das Demonstrações Financeiras:

#### **CPC 00 (R2) – Estrutura conceitual para relatório financeiro (*Conceptual Framework*)**

Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (*Conceptual Framework*) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado.

Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020 e os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos durante o exercício de 2020.

#### **CPC 50 / IFRS 17 – Contratos de seguros**

Este pronunciamento substituirá a norma atualmente vigente CPC 11 / IFRS 4, após processo de revisão da norma internacional realizado pelo IASB. O objetivo do CPC 50 – Contratos de seguro é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes, que representem de forma fidedigna a essência destes contratos, por meio de um modelo de contabilidade consistente.

Este pronunciamento é aplicável aos períodos de relatório anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2021.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs****10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

**(a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**

***i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos***

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 a despesa da Companhia com a locação dos imóveis incluindo despesas com condomínio utilizados em nossa operação foi da ordem de R\$455,2 milhões.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia, dada a adoção ao IFRS 16, informa que não possui arrendamentos mercantis operacionais que não apareçam em nosso balanço patrimonial, exceto por aqueles fora do escopo da nova norma, os quais são relacionados a ativos de curto prazo e/ou baixo valor, que totalizaram para o período R\$ 26.814 milhões, conforme apresentado na nota explicativa 18 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

***ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos***

Não aplicável, tendo em vista em que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades nas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

***iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços***

Na data deste Formulário de Referência, não possuímos contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.

***iv. contratos de construção não terminada***

Na data deste Formulário de Referência, não possuímos contratos de construção não terminada.

***v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos***

Na data deste Formulário de Referência, não possuímos contratos de recebimentos futuros de financiamento.

**(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Os nossos Diretores informam que não detemos outros itens que não estejam registrados nas nossas demonstrações financeiras.

**10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados****10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

**(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

• ***Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos***

Com a aplicação da nova norma contábil de arrendamento mercantil (CPC 06(R2) / IFRS 16) a partir de 01/01/2019, é esperado impacto nas demonstrações financeiras da Companhia decorrente dos arrendamentos de curto prazo (prazo de locação de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor (como computadores pessoais e móveis de escritório), os quais manterão o reconhecimento de suas despesas de arrendamento em bases lineares nas demonstrações do resultado do exercício, conforme permitido pelo IFRS 16 / CPC 16 (R2).

**(b) natureza e o propósito da operação**

A Companhia e suas controladas mantêm compromissos decorrentes de contratos de arrendamentos operacionais de equipamentos e imóveis, onde estão localizadas suas instituições de ensino superior (Graduação e Pós Graduação), além das escolas de Educação Básica e idiomas. Após a aplicação da nova norma contábil de arrendamento mercantil (CPC 06(R2) / IFRS 16) em 1º de janeiro de 2019, tais compromissos passarão a ser registrados no balanço patrimonial da Companhia, exceto os de curto prazo e baixo valor, que permanecerão sendo alocados às despesas de arrendamentos no resultado, conforme explicação apresentada no item 10.7 (a), visto que tais compromissos não são aplicáveis a nova norma contábil. Além disso, ressaltamos que o seu reconhecimento contábil é registrado no mês de competência.

**(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, os arrendamentos mercantis fora do escopo da nova norma, relacionados a ativos de curto prazo e/ou baixo valor, totalizaram R\$ 26.814 milhões, conforme apresentado na nota explicativa 18 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

## 10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

### 10.8 - Plano de Negócios

#### (a) Investimentos

##### (i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Em 2018, a Companhia seguiu com a implementação de seu plano de crescimento iniciado em anos anteriores. No Ensino Superior, foram adicionadas 20 novas unidades no Ensino Presencial, adquiridas 6 instituições regionais e credenciadas mais 12 unidades pelo MEC, que já estão participando do processo de captação em 2019. No EAD, foram implementados 200 novos polos apoiando o crescimento da Companhia e ajudando a expandir a oferta de produtos. Com essas iniciativas, a Cogna aumenta cada vez mais a sua capilaridade e penetração no mercado brasileiro, ofertando uma educação de qualidade alinhada às demandas do mercado de trabalho e transformadora para a vida de milhares de alunos. Na Educação Básica, a Cogna concluiu a aquisição da Somos Educação S.A., controladora do principal grupo de Educação Básica do Brasil, tornando-se uma plataforma completa de educação com atuação relevante em todos os ciclos de educação básica por meio de um portfólio completo e integrado, abrangendo Sistemas de Ensino, Operação de Escolas Próprias, Gestão de Contratos, Vendas de Livros Didáticos e Paradidáticos no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Soluções de Conteúdo Core, Soluções de Conteúdo Complementar e Serviços Digitais. Na Educação Básica, a operação consolidada da Companhia terminou o ano com 32 mil alunos distribuídos em 46 escolas próprias, 27 mil alunos distribuídos em 134 unidades da Red Balloon, bem como 1,4 milhão de alunos atendidos por aproximadamente 4 mil escolas associadas utilizando as soluções de sistemas de ensino, livros didáticos e conteúdos diversos.

No exercício social findo em dezembro de 2019, a Companhia adquiriu 3 faculdades na região Norte, alinhada com o plano de expansão no setor de ensino superior da Companhia. Além disso, destinou parte de seus investimentos em projetos de desenvolvimento de conteúdo, de sistemas e de licenças de software que responderam por 58% do total e acompanham a ampliação e maturação de portfólio que o Ensino Superior tem feito nos últimos anos, principalmente com a maturação de cursos nas áreas de Engenharia e Saúde e os novos cursos de EAD Premium, além de toda a renovação de conteúdo para a Educação Básica, outro dispêndio importante foi direcionado ao projeto de ampliações, com obras e benfeitorias nas unidades existentes com o objetivo de melhor prepará-las para o segundo semestre a fim de atender às expectativas dos alunos, além de adaptá-las para a mudança do portfólio de cursos que têm sido implantados.

##### (ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Nos três últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) captação de debêntures.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de investimentos, sempre preservando o perfil adequado da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o eventual acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

##### (iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

**10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**

**(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

**(c) Novos produtos e serviços**

**(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não aplicável.

**(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

**(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados**

Não aplicável.

**(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

## 10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

### 10.9 - Outros fatores com influência relevante

#### Reapresentação das cifras comparativas em 31 de dezembro de 2018

Conforme descrito na nota explicativa 4.3 às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia concluiu, em 11 de outubro de 2018, o processo de aquisição de 73,35% do capital social total e votante da Somos Educação S.A. pelo valor de R\$ 4.566.542 mil, dos quais R\$ 4.116.542 mil foram pagos aos acionistas vendedores e R\$ 450.000 mil foram retidos em contas vinculadas, além de ter assumido passivos no montante de R\$ 2.600.630 mil. Adicionalmente, no dia 8 de novembro de 2018, a Companhia submeteu a Comissão de Valores Mobiliários – CVM e à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão o pedido de registro de oferta pública obrigatória para aquisição das ações remanescentes de emissão da Somos (OPA) e respectivo pedido de cancelamento de seu registro de companhia aberta.

Dessa forma, a Companhia apresentou na referida nota explicativa 4.3, a demonstração do cálculo do excesso do preço de aquisição sobre o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na aquisição da Somos, com base em avaliações preliminares, como permitido pelo IFRS 3/CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios. Ainda, de acordo com o IFRS 3/CPC 15 (R1), a administração optou, preliminarmente, pelo reconhecimento da participação de não controladores pelo método de participação proporcional.

Em 30 de junho de 2019, a administração concluiu o processo de alocação do excesso do preço de aquisição sobre o valor justo dos ativos e passivos e, conforme o IFRS 3/CPC 15 (R1), revisou as alocações preliminares e ajustou retrospectivamente os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2018 para refletir as condições que existiam na data da aquisição. Adicionalmente, ainda dentro do prazo de um ano da data da aquisição previsto na referida norma, a administração alterou o método de mensuração da participação de não controladores para valor justo, em substituição à participação proporcional nos ativos líquidos da adquirida, por entender que este método reflete de maneira mais apropriada os aspectos econômicos da operação de aquisição da Somos e consequentemente em informação mais relevante para os usuários das demonstrações financeiras. Com isso, a Companhia registrou o montante de R\$1.575.195 mil como participação de acionistas não controladores, o qual equivale à 69.853.431 ações valorizadas pela cotação das mesmas na B3 em 11 de outubro de 2018, data da conclusão da aquisição da parcela do acionista controlador.

Os referidos ajustes foram efetuados nos saldos comparativos de 31 de dezembro de 2018, de acordo com o IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Abaixo demonstramos os referidos ajustes:

(em R\$ mil)	<b>Alocação Preliminar 11/10/2018</b>	<b>Mensuração de não controladores ao valor justo</b>	<b>Revisão da alocação preliminar</b>	<b>Alocação Final</b>
Ativos líquidos	(408.875)	-	-	(408.875)
Preço de aquisição	4.566.542	-	-	4.566.542
	<b>4.157.667</b>	-	-	<b>4.157.667</b>
Passivos assumidos	2.625.389	-	(24.759)	2.600.630
Parcela retida do preço de aquisição	(450.000)	-	-	(450.000)
Parcela de acionistas não controladores	-	1.575.195	-	1.575.195
<b>Excesso do preço de aquisição sobre o valor justo classificado como ágio</b>	<b>6.333.056</b>	<b>1.575.195</b>	<b>(24.759)</b>	<b>7.883.492</b>
<b>Destinação do ágio</b>				
Goodwill	4.077.820	1.575.195	246.491	5.899.506
Marca	1.224.975	-	443.690	1.668.665
Carteira de clientes	77.487	-	28.065	105.552
Carteira de clientes - não contratual	906.255	-	328.249	1.234.504
Estoque mais valia	46.519	-	16.850	63.369
Imobilizado mais valia	-	-	8.884	8.884
<b>Baixa de ativos intangíveis da adquirida</b>				
Goodwill	-	-	(879.569)	(879.569)

**10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**

Marca	-	-	(372.562)	(372.562)
Carteira de clientes	-	-	(239.597)	(239.597)
IR/CS diferidos sobre intangíveis	-	-	394.740	394.740
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>6.333.056</b>	<b>1.575.195</b>	<b>(24.759)</b>	<b>7.883.492</b>

**Demonstrativo dos efeitos – consolidado**

(em R\$ mil)	Consolidado		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Ativo circulante			
Estoque	370.657	16.850	387.507
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>5.563.269</b>	<b>16.850</b>	<b>5.580.119</b>
Ativo não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	515.900	232.601	748.501
Imobilizado	2.485.643	8.885	2.494.528
Intangível	19.911.110	1.045.755	20.956.865
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>25.081.770</b>	<b>1.287.241</b>	<b>26.369.011</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>30.645.039</b>	<b>1.304.091</b>	<b>31.949.130</b>
Passivo circulante	2.565.498	-	2.565.498
Passivo não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.042.115	(162.138)	879.977
<b>Total do passivo</b>	<b>14.638.209</b>	<b>(162.138)</b>	<b>14.476.071</b>
Patrimônio líquido	15.902.644		15.902.644
Participação dos não controladores	104.186	1.466.229	1.570.415
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>16.006.830</b>	<b>1.466.229</b>	<b>17.473.059</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>30.645.039</b>	<b>1.304.091</b>	<b>31.949.130</b>